RaiaDrogasil

Crescimento acelerado
com criação de valor.

MAIOR REDE DO BRASIL E AMERICANA LATINA

1235 LOJAS EM OPERAÇÃO

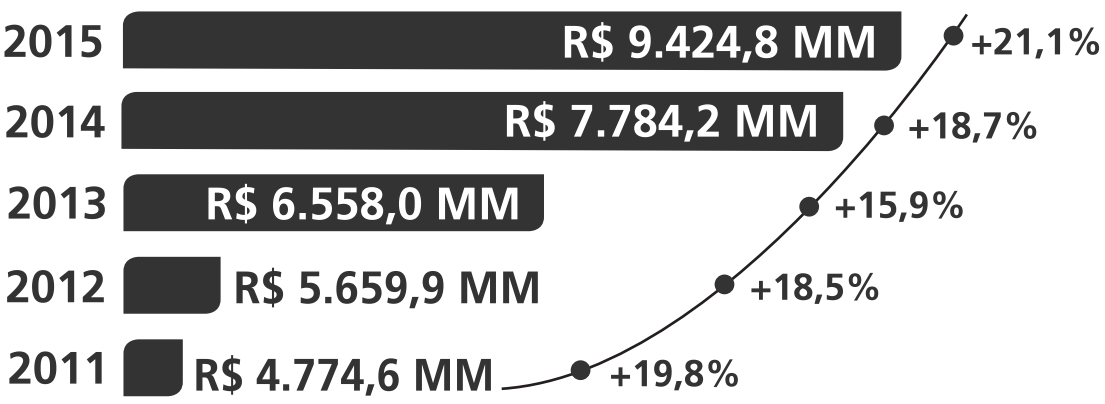
156 LOJAS INAUGURADAS EM 2015

11% DE MARKET SHARE

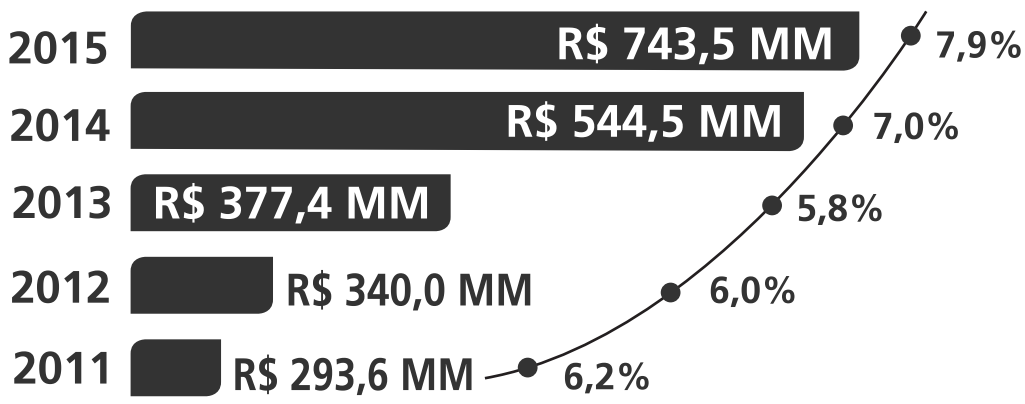
PRESENÇA EM **17** ESTADOS

PRESENTE EM **89%** DO MERCADO FARMACÊUTICO

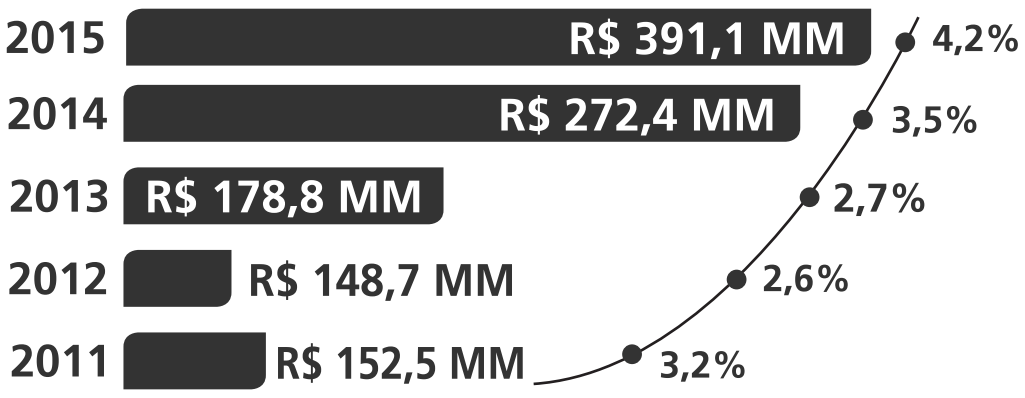
RECEITA BRUTA*



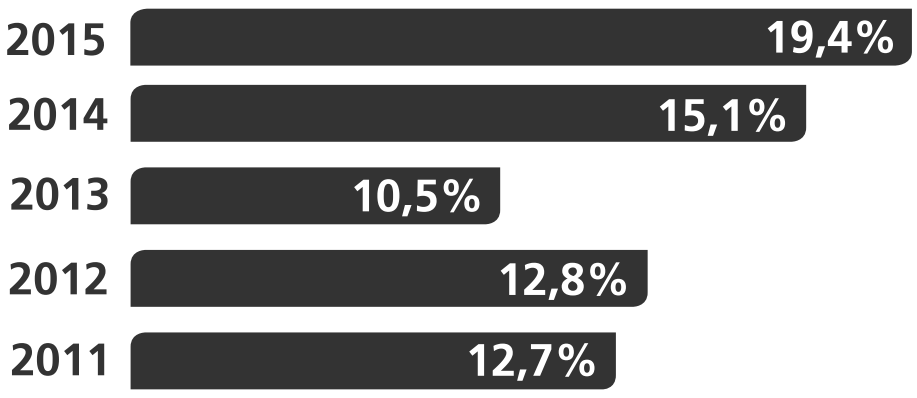
EBITDA



LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO



ROIC



*% de crescimento

Raia Drogasil S.A.

CNPJ nº 61.585.865/0001-51

www.raiadrogasil.com.br

RADL3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2015

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016. A Raia Drogasil S.A. (BM&FBovespa: RADL3) anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2015 (4T15) e ao ano de 2015. As demonstrações financeiras de Raia Drogasil S.A. foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS assim como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e foram auditadas por nossos auditores independentes de acordo com as normas brasileiras de auditoria de demonstrações financeiras. Estes demonstrativos são apresentados em milhares de Reais, e todas as taxas de crescimento referem-se ao mesmo período de 2014.
A partir de 2015, nossos resultados incluem os efeitos do Ajuste a Valor Presente na Receita Líquida e no CMV relativos às contas a pagar e a receber, uma mudança em relação à exercícios anteriores quando tais ajustes eram considerados imateriais. Apresentamos os resultados de 2014 na base comparativa.
Especificamente no 4T15, nossas demonstrações financeiras foram ajustadas para excluir as despesas não recorrentes referentes à aquisição e à integração da 4Bio, bem como outras despesas não recorrentes.

Em 1º de outubro de 2015 concluímos a aquisição de 55% da 4BIO. A partir do 4T15, nossas demonstrações financeiras passam a ser consolidadas. Para preservar a comparabilidade, os resultados de 2014 e 2015 são demonstrados pró-forma.

DESTAQUES CONSOLIDADOS:

- **Lojas: 1.235 lojas em operação (abertura de 156 lojas e 15 encerramentos)**
- **Receita Bruta: R$ 9,4 bilhões, crescimento de 21,1% (12,5% para mesmas lojas no varejo)**
- **Margem Bruta: 29,0% da receita bruta, crescimento de 1,2 ponto percentual**
- **EBITDA: R$ 743,5 milhões, margem de 7,9% e expansão de 0,9 ponto percentual**
- **Lucro Líquido Ajustado: R$ 391,1 milhões, margem líquida de 4,2% e um incremento de 43,6%**
- **Fluxo de Caixa: R$ 110,4 milhões de fluxo de caixa livre, R$ 19,9 milhões de consumo total**

Sumário	2014	2015	4T14	1T15	2T15	3T15	4T15
(R$ mil)							
# de Lojas Raia Drogasil + 4BIO	1.097	1.238	1.097	1.115	1.148	1.183	1.238
Abertura de Lojas	131	156	51	19	38	37	62
Fechamento de Lojas	(11)	(15)	(5)	(1)	(5)	(2)	(7)
# de Lojas (média do período)	1.020	1.147	1.067	1.099	1.126	1.159	1.206
# de funcionários	23.772	26.520	23.772	23.851	25.010	25.529	26.520
# de farmacêuticos	3.931	4.698	3.931	3.956	4.230	4.479	4.698
# de atendimentos (000)	145.582	165.299	37.839	38.208	41.115	42.067	43.908
Receita Bruta	7.784.235	9.424.777	2.128.284	2.090.599	2.323.102	2.436.861	2.574.215
Lucro Bruto Ajustado	2.164.368	2.735.741	594.060	596.563	702.775	696.319	740.084
% da Receita Bruta	27,8%	29,0%	27,9%	28,5%	30,3%	28,6%	28,7%
EBITDA Ajustado	544.499	743.516	159.678	153.875	218.910	182.611	188.120
% da Receita Bruta	7,0%	7,9%	7,5%	7,4%	9,4%	7,5%	7,3%
Lucro Líquido Ajustado	272.432	391.133	75.681	81.459	119.346	95.463	94.865
% da Receita Bruta	3,5%	4,2%	3,6%	3,9%	5,1%	3,9%	3,7%
Lucro Líquido	223.387	341.753	62.441	70.760	108.647	83.999	78.347
% da Receita Bruta	2,9%	3,6%	2,9%	3,4%	4,7%	3,4%	3,0%
Fluxo de Caixa Livre	76.367	110.352	103.235	(29.300)	38.311	68.239	35.613

CARTA AOS ACIONISTAS

O exercício de 2015 representou mais um ano excepcional para a Raia Drogasil, no qual entregamos resultados recordes apesar do ambiente macroeconômico desafiador. Estes resultados reforçam a natureza defensiva do nosso setor, que é movido pelo rápido envelhecimento da população brasileira, a robustez da nossa estrutura de capital e geração de caixa, que nos blindam de um mercado com crédito escasso e juros crescentes, e a alta qualidade da nossa execução, que combina ativos e competências únicos, concretizando a visão que levou à formação da Raia Drogasil em 2011.
De 2012 a 2014, o foco da Raia Drogasil foi a conclusão da integração e o avanço de ambas as marcas para o melhor padrão existente. A nova agenda da Gestão, que começou em 2014, vem desafiando os limites desta execução através da inovação e da obtenção de competências. Definimos quatro Pilares Estratégicos que nos permitirão continuar criando novos diferenciais e melhorar a prestação de serviço: *Acelerar a Expansão Orgânica*, *Introduzir Novos Formatos*, *Incrementar a Gestão de Categorias e a Experiência de Compras* e *Envolver, Analisar e Potencializar Clientes*. Também identificamos três facilitadores para a implementação destas estratégias: *Pessoas*, *Processos* e *Plataformas*.
Já em 2015, conseguimos avançar de forma significativa rumo à esta visão. Aceleramos o crescimento orgânico de 131 lojas em 2013 e em 2014 para 156 em 2015, um crescimento substancial no ritmo de crescimento, preservando os padrões históricos de qualidade e de retorno esperado e, ao mesmo tempo, obtendo resultados excepcionais nas lojas novas. Preparamos também a Companhia para acelerar o crescimento nos próximos anos. Demos também início à parceria com a Dunnhumby, empresa de *data science* que nos aportará as capacidades analíticas e de *big data* para podermos reinventar a nossa Gestão de Categorias e o nosso CRM. Por fim, adquirimos o controle da 4Bio, a segunda maior varejista de medicamentos especiais do Brasil, e lançamos a UNIVERS, nossa PBM proprietária, focada na captação da demanda de empresas e operadoras de saúde para agregar volume para as nossas lojas. Acreditamos que este portfólio integrado de ativos de Saúde (Varejo, Medicamentos Especiais e PBM) posicionarão a Raia Drogasil para prestar serviços inovadores e integrados para as Indústrias, Operadoras de Saúde, Médicos e Pacientes de maneira única no mercado.
Para reinventar a execução, temos trabalhado obstinadamente nos três facilitadores estratégicos. Todos os processos ou plataformas que herdamos em 2014 representavam o que havia de melhor entre Raia e Drogasil, o que, se significou um excelente ponto de partida, não representa um limite para a nossa execução. Com o término da integração, passamos a reavaliar as nossas práticas, estabelecer um plano de melhoria, redesenhar o novo processo, aprimorar as plataformas e fortalecer a nossa equipe. Esta reinvenção resultou em melhorias na prestação de serviços e em produtividade, resultando em saltos na redução do *turnover* (alavancado também pela atual situação econômica), dos índices de faltas de produtos, das perdas de inventário e no aumento na satisfação dos nossos clientes, dentre outros indicadores de desempenho. Acreditamos que estas melhorias tiveram um profundo efeito na aceleração do crescimento e no aumento da rentabilidade.
Encerramos 2015 com R$ 9,4 bilhões de receita bruta consolidada, um crescimento de 21,1% sobre o resultado pró-forma de 2014, que evidencia a natureza defensiva do negócio e as melhorias de execução. Abrimos 156 lojas e encerramos 15, totalizando 1.235 lojas espalhadas pelo Brasil. Nos últimos cinco anos, abrimos um total de 616 lojas, um ritmo de crescimento incomparável no mercado brasileiro de drogarias. A nossa expansão orgânica, combinada com o crescimento de mesmas lojas, geraram um incremento na receita bruta de R$ 1,6 bilhão em 2015, aproximadamente o total de faturamento da sexta maior rede de drogarias, que consolidou ainda mais a nossa liderança no mercado brasileiro.
O EBITDA totalizou R$ 743,5 milhões, um incremento de 36,5% sobre 2014. A margem EBITDA atingiu 7,9%, uma expansão de 0,9 ponto percentual. O lucro líquido ajustado atingiu R$ 391,1 milhões, uma margem líquida de 4,2%. Geramos um fluxo de caixa livre de R$ 110,4 milhões, representando o terceiro ano consecutivo com fluxo de caixa livre positivo. O fluxo de caixa das operações totalizou R$ 499,1 milhões, dos quais R$ 388,7 milhões foram investidos em ativos permanentes com forte disciplina financeira buscando retornos marginais consistentes com o nosso histórico. Como resultado, o retorno sobre o capital investido atingiu 19,4%, um incremento de 4,4 pontos percentuais, e esperamos aumentá-lo no longo prazo através de ganhos de produtividade e de maturação. Distribuímos R$ 179,2 milhões em JSCP, um crescimento de 140,2% sobre 2014, com um *payout* de 52,6%. Por fim, registramos um retorno total ao acionista de 41,8%, sendo 40,0% provenientes da valorização da ação e 1,3% da distribuição de JSCP.
A reinvenção da nossa execução é um esforço contínuo, uma vez que as iniciativas mais ambiciosas demandam alguns anos para frutificar. Ao redefinir os limites da nossa execução e trabalhar em uma ambiciosa agenda estratégica, estamos criando a base para impulsionarmos a consolidação do varejo farmacêutico brasileiro e para intensificar o ciclo de prosperidade que teve início em 2014.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA 2016

Apesar do nosso forte desempenho em 2015, temos ambições ainda maiores para o futuro da Companhia. Temos diversas iniciativas estratégicas em curso que devem transformar a nossa execução, a prestação de serviços para os nossos clientes e a criação de valor para os nossos acionistas. Apesar do ambiente econômico desafiador no Brasil não ter afetado a nossa demanda e a nossa capacidade de crescimento, a alta das taxas de juros e a inflação crescente nos fizeram ser mais cautelosos em relação ao nosso fluxo de caixa livre, porém mais agressivos em relação à obtenção de ganhos de eficiência para mitigar pressões inflacionárias e da aceleração do ritmo de abertura de lojas nas nossas despesas.
Adicionalmente, o nosso elevado padrão de execução, aliado à robustez da nossa estrutura de capital e do nosso fluxo de caixa livre em um mercado tão defensivo, proporciona grandes oportunidades de ganho de participação de mercado, uma vez que enfrentamos diversos concorrentes alavancados que sofrem com pressões significativas de caixa e com execução declinante.
Diante destes desafios e oportunidades, estabelecemos três grandes prioridades para o ano:
Implementação do Plano Estratégico: Em 2014, desenvolvemos um plano estratégico para cinco anos que alinham execução e inovação através de quatro pilares complementares: Acelerar a Expansão Orgânica, Introduzir Novos Formatos, Incrementar a Gestão de Categorias e a Experiência de Compras, e Engajar, Analisar e Potencializar Clientes. Em 2015, inauguramos 156 lojas, um aumento significativo sobre as 131 lojas abertas anualmente nos dois anos anteriores. Para 2016 e 2017, pretendemos abrir 165 e 195 novas lojas, respectivamente, preservando, entretanto, o mesmo padrão de seletividade e as expectativas de retorno. Em relação a formatos, estamos preparando o nosso formato de baixo custo para ser uma alavanca de crescimento no futuro, e devemos abrir algumas lojas para avançar em nossa convicção. Quanto à gestão de categorias, pretendemos aumentar o papel do segmento de beleza nas nossas lojas e realizar vendas cruzadas para gerar demanda para Medicamentos Especiais, a ser atendida pela 4Bio. Por fim, em CRM, esperamos avançar com a multicanalidade e lançar programas de fidelidade aperfeiçoados tanto para Raia quanto para Drogasil, incorporando os aprendizados do trabalho com a Dunnhumby, que se encontra em estágio inicial. Estas estratégias podem ter um impacto significativo na aceleração do nosso crescimento e na expansão da margem nos próximos anos.

Alavancar a Geração de Caixa e a Estrutura de Capital: A nossa robustez financeira é uma das principais vantagens competitivas em um ambiente de crise, com crédito escasso e taxas de juros crescentes. Reforçar a disciplina financeira em 2016 será crucial, tanto em função da crise como da aceleração da expansão orgânica, que aumentará a nossa necessidade de investimento e desafiará a nossa geração de fluxo de caixa livre. Isto exigirá um maior controle das despesas e do capital de giro, bem como um maior questionamento dos investimentos não relacionados à expansão. Por outro lado, teremos ótimas oportunidades de investimento, incluindo uma pré-alta mais agressiva em virtude da expectativa de um maior reajuste anual de preços, e um maior reforço das nossas apostas em mercados com expectativa de TIR mais elevadas, onde concorrentes em dificuldades geraram um ambiente competitivo mais favorável.

Incrementar a Produtividade: A inflação crescente e a aceleração da nossa expansão orgânica foram e continuaram representando pressões expressivas de despesas. Teremos um foco implacável na melhora da produtividade em 2016. Uma das nossas principais iniciativas vem sendo em aprimorar as nossas plataformas proprietárias de TI para melhorar e agilizar o atendimento e ganhar eficiência. Outro foco será em pessoas, já que nos beneficiaremos da redução do *turnover* (melhor nível de serviço e custos de contratação mais baixos, dentre outros benefícios), através da implementação de um algoritmo de escala de pessoal e da sua padronização na Raia e na Drogasil. Também estamos investindo na automação e no aumento da produtividade do nosso principal CD em São Paulo.
Em termos gerais, continuamos otimistas em relação à 2016. Acreditamos que a aceleração da nossa expansão, combinada com uma execução sólida, em um ambiente no qual vários concorrentes estão sofrendo, deve resultar em um crescimento robusto da receita e em ganhos de participação de mercado. Também acreditamos que as pressões inflacionárias e as pressões da aceleração do nosso crescimento nas despesas com vendas podem ser mitigadas pela diluição de despesas administrativas aliada a ganhos de eficiência, sobretudo no segundo semestre. Por fim, acreditamos que a contínua expansão da nossa margem bruta deverá compensar as pressões de despesas com vendas, nos permitindo manter margens similares às de 2015 e sustentar a expansão da margem de longo prazo.

AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA 4BIO

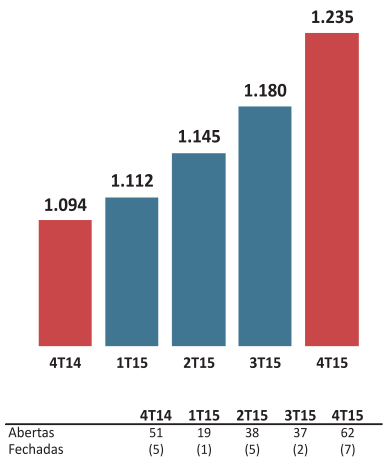
Em 1º de outubro de 2015, finalizamos a aquisição de 55% da 4Bio, a segunda maior varejista de Medicamentos Especiais do Brasil, e a líder de mercado em Reprodução Assistida, Oncologia, Imunobiologia e Ginecologia.
Esta aquisição marcou a nossa entrada no varejo de Medicamentos Especiais, a categoria farmacêutica de maior crescimento no Brasil e no mundo, na qual ainda não atuávamos. Acreditamos que a nossa escala, presença nacional, capilaridade e reconhecimento de marca, aliados à reputação, infraestrutura, cultura empreendedora e conhecimento de mercado da 4Bio, nos posicionará de forma única no mercado para liderar a consolidação do varejo de Medicamentos Especiais no Brasil, nos permitindo oferecer serviços altamente inovadores, diferenciados e integrados para a Indústria, Operadoras de Saúde, Médicos e Pacientes.
A partir do 4T15, as demonstrações financeiras da 4Bio passam a ser consolidadas pela Raia Drogasil. Para preservar a comparabilidade histórica, reportamos os resultados de 2014 e 2015 combinados pró-forma. Demonstramos nas tabelas abaixo o DRE segmentado da Raia Drogasil e da 4Bio, bem como os resultados combinados em cada trimestre. Para maiores informações visite o nosso site: www.raiadrogasil.com.br.

	Raia Drogasil							4Bio						
(R$ milhões)	4T14	2014	1T15	2T15	3T15	4T15	2015	4T14	2014	1T15	2T15	3T15	4T15	2015
Receita Bruta de Vendas	**2.093,1**	**7.658,9**	**2.052,4**	**2.281,2**	**2.388,2**	**2.517,4**	**9.239,2**	**35,2**	**125,3**	**38,2**	**41,9**	**48,7**	**56,8**	**185,6**
Lucro Bruto	**588,8**	**2.143,8**	**590,5**	**695,9**	**689,6**	**731,9**	**2.707,9**	**5,2**	**20,5**	**6,1**	**6,9**	**6,7**	**8,2**	**27,8**
% Receita Bruta	28,1%	28,0%	28,8%	30,5%	28,9%	29,1%	29,3%	14,8%	16,4%	16,0%	16,4%	13,7%	14,4%	15,0%
Despesas Totais	**(430,0)**	**(1.604,0)**	**(438,1)**	**(478,7)**	**(508,4)**	**(545,8)**	**(1.971,0)**	**(4,4)**	**(15,8)**	**(4,6)**	**(5,1)**	**(5,3)**	**(6,2)**	**(21,2)**
% Receita Bruta	(20,5%)	(20,9%)	(21,3%)	(21,0%)	(21,3%)	(21,7%)	(21,3%)	(12,4%)	(12,6%)	(12,0%)	(12,3%)	(10,9%)	(10,9%)	(11,4%)
Despesas com Vendas	(382,3)	(1.409,1)	(386,9)	(416,2)	(448,4)	(486,3)	(1.737,7)	(3,1)	(11,5)	(3,3)	(3,8)	(4,0)	(4,4)	(15,4)
% Receita Bruta	(18,3%)	(18,4%)	(18,8%)	(18,2%)	(18,8%)	(19,3%)	(18,8%)	(8,9%)	(9,1%)	(8,6%)	(9,0%)	(8,1%)	(7,7%)	(8,3%)
Despesas Gerais e Administrativas	(47,7)	(194,9)	(51,2)	(62,5)	(60,0)	(59,5)	(233,2)	(1,2)	(4,4)	(1,3)	(1,4)	(1,4)	(1,8)	(5,9)
% Receita Bruta	(2,3%)	(2,5%)	(2,5%)	(2,7%)	(2,5%)	(2,4%)	(2,5%)	(3,4%)	(3,5%)	(3,4%)	(3,3%)	(2,8%)	(3,3%)	(3,2%)
EBITDA Ajustado	**158,8**	**539,8**	**152,4**	**217,2**	**181,3**	**186,2**	**737,0**	**0,9**	**4,7**	**1,5**	**1,7**	**1,4**	**2,0**	**6,6**
% Receita Bruta	7,6%	7,0%	7,4%	9,5%	7,6%	7,4%	8,0%	2,4%	3,7%	4,0%	4,1%	2,8%	3,4%	3,5%
Depreciação e Amortização	(51,6)	(187,6)	(53,5)	(55,6)	(57,7)	(60,0)	(226,8)	(0,1)	(0,2)	(0,1)	(0,0)	(0,1)	(0,1)	(0,2)
Despesas/Receitas Financeiras	(12,5)	(40,5)	(14,4)	(14,7)	(15,0)	(20,3)	(64,4)	(0,6)	(1,6)	(0,8)	(1,0)	(0,6)	(0,7)	(3,2)
I.R. e C.S.	(19,4)	(41,3)	(3,4)	(28,0)	(13,5)	(11,7)	(56,7)	0,1	(0,8)	(0,3)	(0,2)	(0,2)	(0,4)	(1,1)
Lucro Líquido Ajustado	**75,4**	**270,4**	**81,0**	**118,9**	**95,0**	**94,1**	**389,0**	**0,3**	**2,0**	**0,4**	**0,4**	**0,5**	**0,8**	**2,1**
% Receita Bruta	3,6%	3,5%	3,9%	5,2%	4,0%	3,7%	4,2%	0,8%	1,6%	1,1%	1,0%	0,9%	1,4%	1,1%

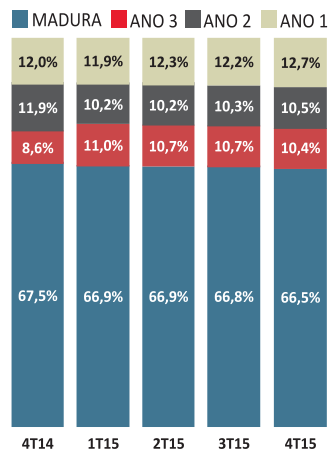
	Combinado						
(R$ milhões)	4T14	2014	1T15	2T15	3T15	4T15	2015
Receita Bruta de Vendas	**2.128,3**	**7.784,2**	**2.090,6**	**2.323,1**	**2.436,9**	**2.574,2**	**9.424,8**
Lucro Bruto	**594,1**	**2.164,4**	**596,6**	**702,8**	**696,3**	**740,1**	**2.735,7**
% Receita Bruta	27,9%	27,8%	28,5%	30,3%	28,6%	28,7%	29,0%
Despesas Totais	**(434,4)**	**(1.619,9)**	**(442,7)**	**(483,9)**	**(513,7)**	**(552,0)**	**(1.992,2)**
% Receita Bruta	(20,4%)	(20,8%)	(21,2%)	(20,8%)	(21,1%)	(21,4%)	(21,1%)
Despesas com Vendas	(385,5)	(1.420,6)	(390,2)	(420,0)	(452,4)	(490,6)	(1.753,1)
% Receita Bruta	(18,1%)	(18,2%)	(18,7%)	(18,1%)	(18,6%)	(19,1%)	(18,6%)
Despesas Gerais e Administrativas	(48,9)	(199,3)	(52,5)	(63,9)	(61,3)	(61,3)	(239,1)
% Receita Bruta	(2,3%)	(2,6%)	(2,5%)	(2,8%)	(2,5%)	(2,4%)	(2,5%)
EBITDA Ajustado	**159,7**	**544,5**	**153,9**	**218,9**	**182,6**	**188,1**	**743,5**
% Receita Bruta	7,5%	7,0%	7,4%	9,4%	7,5%	7,3%	7,9%
Depreciação e Amortização	(51,7)	(187,8)	(53,6)	(55,6)	(57,8)	(60,1)	(227,1)
Despesas/Receitas Financeiras	(13,0)	(42,2)	(15,2)	(15,7)	(15,6)	(21,1)	(67,6)
I.R. e C.S.	(19,3)	(42,1)	(3,7)	(28,2)	(13,8)	(12,1)	(57,8)
Lucro Líquido Ajustado	**75,7**	**272,4**	**81,5**	**119,3**	**95,5**	**94,9**	**391,1**
% Receita Bruta	3,6%	3,5%	3,9%	5,1%	3,9%	3,7%	4,2%

EXPANSÃO DA REDE

Número de Lojas



Distribuição Etária do Portfólio de Lojas



Abrimos 156 novas lojas e fechamos 15 em 2015 (62 aberturas e 7 encerramentos no 4T15), encerrando o ano com 1.235 lojas em operação, considerando as 3 lojas da 4Bio.

Ultrapassamos o *guidance* de 145 aberturas brutas, o que reflete uma aceleração relevante no ritmo de aberturas. Isso se tornou possível devido a um incremento no *pipeline* de contratos assinados ao longo dos últimos doze meses em preparação para a aceleração do crescimento. Estabelecemos um *guidance* de 165 novas lojas para 2016 e de 195 lojas para 2017.

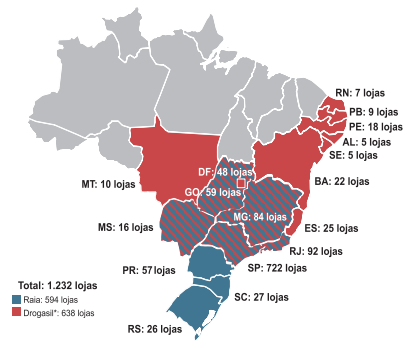
Ao final do período, 33,5% das lojas ainda estavam em maturação, ou seja, ainda não haviam atingido todo o seu potencial de receita e de rentabilidade. Encerramos o trimestre com a maior proporção de lojas em maturação desde o 3T13.

Atingimos uma participação nacional comparável de mercado de 10,6%, um incremento pró-forma de 0,9 ponto percentual sobre 2014, incluindo a participação de mercado da 4Bio. Nossos dados de participação de mercado foram ajustados pelo IMS Health de forma a excluir os novos informantes para preservar a comparabilidade histórica. Considerando a adição de novos informantes, a nossa participação nacional foi de 10,3%.

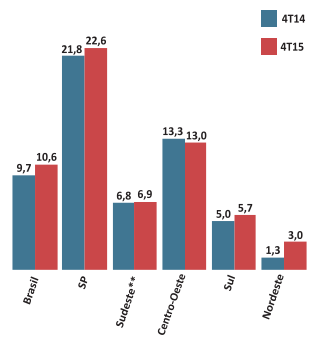
Incrementamos a nossa participação comparável de mercado na maior parte das regiões onde atuamos. O principal destaque foi São Paulo, onde registramos uma participação de mercado de 22,6%, um ganho de 0,8 ponto percentual alavancado pelo nosso crescimento orgânico e por um sólido crescimento das nossas lojas maduras. Nos demais estados da região Sudeste, registramos um ganho de participação de 0,1 ponto percentual.

Registramos uma excelente performance no Nordeste, onde atingimos uma participação de 3,0%, um incremento de 1,7 ponto percentual impulsionado pelo crescimento da operação na BA e pela bem-sucedida entrada em cinco novos estados durante 2014. Aumentamos a participação de mercado na região Sul em 0,7 ponto percentual por meio da maturação das nossas lojas no PR e em SC e de avanços no RS. Por fim, atingimos uma participação de mercado de 13,0% no Centro-Oeste, uma redução de 0,3 ponto percentual sobre 2014, pois não abrimos lojas em GO desde 2013.

Presença Geográfica – Varejo



Participação de Mercado***



DISTRIBUIÇÃO DO MERCADO FARMACÊUTICO POR REGIÃO (%)

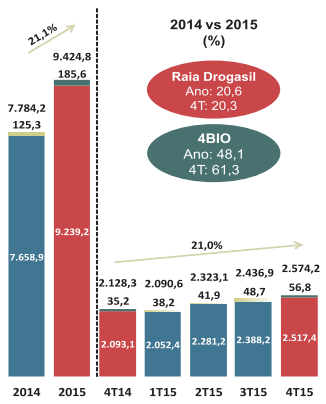
Brasil	SP	Sudeste**	Centro-Oeste	Sul	Nordeste
100,0%	26,5%	24,3%	8,8%	16,6%	18,9%

Fonte: IMS Health
* Inclui as lojas Farmasil
** Inclui a participação da 4Bio somente no total do Brasil
***Participação comparável de mercado, excluindo os novos informantes adicionados ao painel nos últimos 12 meses. Considerando o painel completo o nosso share nacional foi de 10,3%

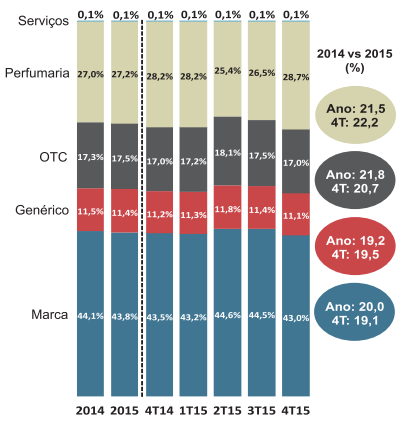
RECEITA BRUTA

Receita Bruta Consolidada

(R$ milhões)

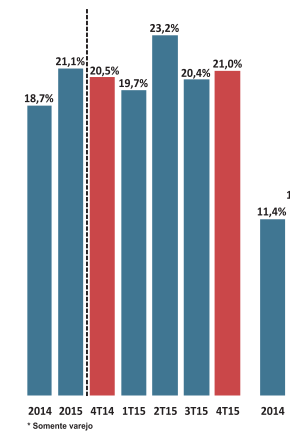


Mix de Vendas do Varejo

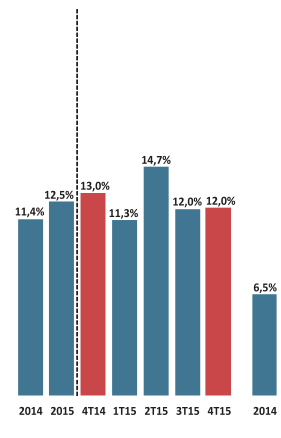


Encerramos 2015, com uma receita bruta consolidada de R$ 9.424,8 milhões (R$ 2.574,2 milhões no trimestre), um aumento de 21,1% em relação ao ano anterior (21,0% no trimestre). A Raia Drogasil cresceu 20,6% (20,3% no trimestre), enquanto a 4Bio cresceu 48,1% (61,3% no trimestre). Perfumaria cresceu 21,5% (22,2% no 4T15) e OTC cresceu 21,8% (20,7% no trimestre), contra um crescimento de 20,0% em medicamentos de marca (19,1% no trimestre) e de 19,2% em Genéricos (19,5% no 4Q15). O surto do vírus Zika ocorrido no 4T15 impulsionou as vendas de repelentes, contribuindo para aumentar a participação da perfumaria.

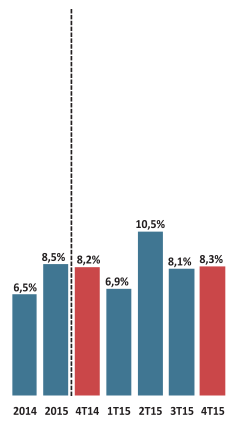
Crescimento da Venda Consolidada



Crescimento das Mesmas Lojas*



Crescimento das Lojas Maduras*



* Somente varejo

Obtivemos um crescimento médio de 12,5% nas mesmas lojas e de 8,5% nas lojas maduras. No 4T15 as mesmas lojas cresceram 12,0% enquanto as lojas maduras cresceram 8,3%. É importante mencionar que no 4T15 tivemos um efeito calendário negativo, o qual penalizou as nossas vendas em 0,6%
Em 2015 o Mercado farmacêutico Brasileiro cresceu 14,3% (7,4% em unidades vendidas) de acordo com a IMS Health, o que evidencia a natureza defensiva do nosso mercado.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

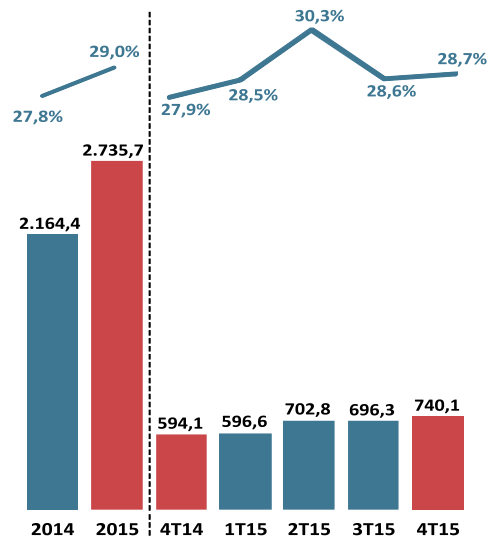
LUCRO BRUTO

Em 2015 obtivemos uma margem bruta consolidada de 29,0%, um incremento de 1,2 ponto percentual quando comparado à 2014. No 4T15 a margem bruta atingiu 28,7%, um aumento de 0,8 ponto percentual frente ao 4T14.

Este aumento da margem bruta foi impulsionado por melhorias estruturais nas condições comerciais, compras de oportunidade, ajustes táticos de preços e pela redução nas perdas de inventário, contribuindo para um aumento da margem de cerca de 1,2 ponto percentual em 2015 (0,7 ponto percentual no trimestre). Além disso, o Ajuste a Valor Presente (AVP) levou a um aumento de aproximadamente 0,1 ponto percentual na margem bruta no ano (0,2 ponto percentual no 4T15), refletindo as taxas de juros crescentes e uma dilatação nos prazos de pagamento. O forte crescimento da 4Bio teve um efeito negativo na margem bruta de 0,1 ponto percentual tanto no ano quanto no trimestre, uma vez que os Medicamentos Especiais têm margem bruta menor do que a nossa operação de varejo.

Margem Bruta

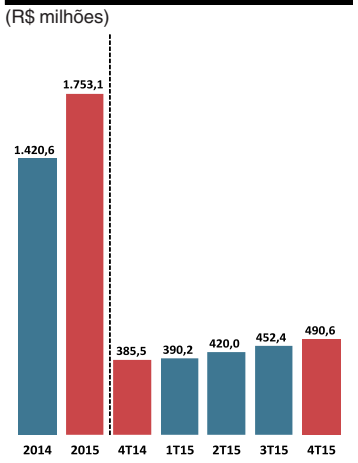
(R$ milhões, % da Receita Bruta)



DESPESAS COM VENDAS

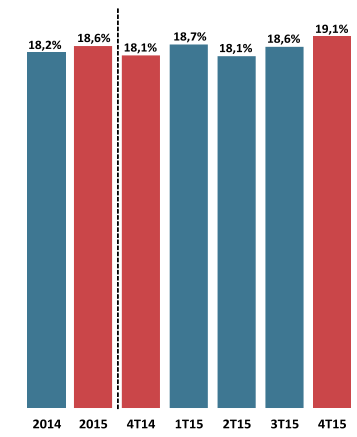
Despesas com Vendas

(R$ milhões)



Despesas com Vendas

(% da Receita Bruta)



Em 2015, as despesas consolidadas com vendas totalizaram R$ 1.753,1 milhões, equivalente a 18,6% da receita bruta, um aumento de 0,4 ponto percentual sobre 2014. As despesas com pessoal aumentaram 0,2 ponto percentual, enquanto as despesas com energia elétrica pressionaram as nossas despesas de vendas em 0,2 ponto percentual. Finalmente, o maior ritmo de aberturas resultou em um aumento nas despesas pré-operacionais de 0,1 ponto percentual no ano. Tais pressões foram parcialmente compensadas por uma diluição de 0,1 ponto percentual em outras despesas.

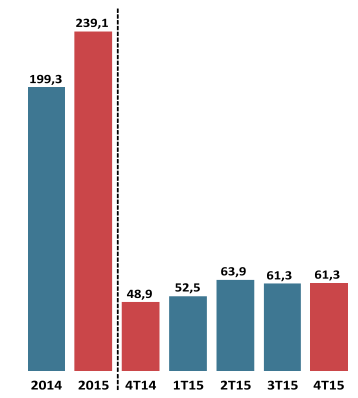
As despesas com vendas totalizaram R$ 490,6 milhões no 4T15, equivalente a 19,1% da receita bruta, um aumento de 1,0 ponto percentual sobre o 4T14. As despesas com pessoal aumentaram 0,4 ponto percentual, enquanto as despesas com energia elétrica pressionaram as nossas despesas de vendas em 0,3 ponto percentual, e as despesas com logísticas aumentaram 0,1 ponto percentual por causa da expansão no nordeste. Finalmente, o maior ritmo de aberturas resultou em um aumento de despesas pré-operacionais de 0,3 ponto percentual no trimestre. Estas pressões foram parcialmente compensadas por uma diluição de 0,1 ponto percentual em outras despesas.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 239,1 milhões no ano, equivalente a 2,5% da receita bruta, uma diluição de 0,1 ponto percentual. Registramos um aumento no provisionamento de remuneração variável de 0,1 ponto percentual, o que foi mais do que compensada por uma diluição de 0,2 ponto percentual em outras despesas.

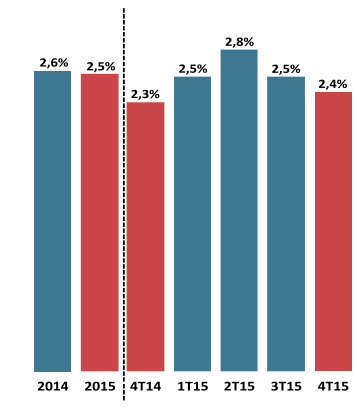
Despesas Gerais e Administrativas

(R$ milhões)



Despesas Gerais e Administrativas

(% da Receita Bruta)



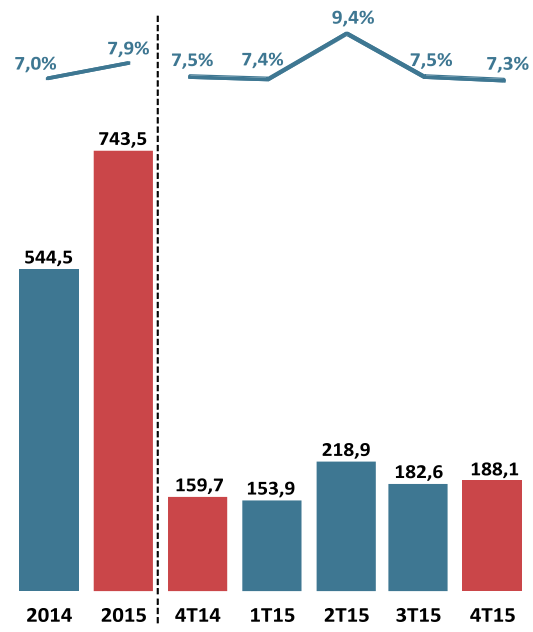
No 4T15 as despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 61,3 milhões, equivalente a 2,4% da receita bruta, uma pressão de 0,1 ponto percentual refletindo um aumento no provisionamento de remuneração variável (0,3 ponto percentual) devido à base fraca de comparação do 4T14, quando esta provisão foi reduzida para compensar uma apropriação excessiva ocorrida no 1S14. Esta pressão foi parcialmente compensada por uma diluição de 0,2 ponto percentual em outras despesas.

EBITDA

Registramos um EBITDA consolidado de R$ 743,5 milhões em 2015, uma margem EBITDA de 7,9% e uma expansão de margem de 0,9 ponto percentual, o que correspondeu a um crescimento de 36,6% sobre o ano anterior. Nosso EBITDA totalizou R$ 188,1 milhões no 4T15, uma margem EBITDA de 7,3%, que levou a uma contração de 0,2 ponto percentual em relação ao 4T14.

EBITDA

(R$ milhões, % da Receita Bruta)



As lojas abertas no ano, bem como aquelas já em processo de abertura, geraram uma redução no EBITDA de R$ 40,0 milhões em 2015 (R$ 12,8 milhões no 4T15). Portanto, considerando apenas as 1.079 lojas em operação desde o final de 2014 e a elas atribuindo a totalidade das despesas logísticas e administrativas, o EBITDA ajustado teria sido de R$ 783,5 milhões (R$ 200,9 milhões no 4T15), equivalente a 8,3% sobre a receita bruta destas lojas (7,8% no 4T15).

A Raia Drogasil alcançou um EBITDA na operação de varejo de R$ 737,0 milhões (R$ 186,2 milhões no trimestre), uma margem EBITDA de 8,0% no ano (7,4% no trimestre), que representou uma expansão de margem anual de 0,9 ponto percentual (contração de margem de 0,2 ponto percentual no trimestre). É importante destacar que tivemos no trimestre uma pressão de 0,3 ponto percentual nas despesas pré-operacionais relacionada à aceleração do nosso crescimento, e também que a base de comparação do 4T14 se beneficiou de uma redução também de 0,3 ponto percentual na provisão de remuneração variável para compensar um excesso de provisionamento ocorrido no 1S14.

A 4Bio atingiu um EBITDA de R$ 6,6 milhões (R$ 2,0 milhões no trimestre), uma margem EBITDA de 3,5% no ano (3,4% no trimestre), que correspondeu a uma pressão de margem de 0,2 ponto percentual (expansão de margem de 1,0 pp ponto no trimestre). É importante destacar que 4Bio registrou um crescimento de receita de 61,3% no trimestre contra 48,1% no ano impulsionado por um aumento significativo nos estoques após a transação, uma vez que a Raia Drogasil recapitalizou a companhia e restabeleceu o crédito junto a fornecedores, o que foi o maior impulsionador da expansão da margem.

DESPESAS NÃO RECORRENTES

Incorremos em R$ 8,8 milhões em despesas não recorrentes no 4T15, conforme demonstrado abaixo:

(R$ milhões)	4T15
PDD - PBM de terceiros	(5,8)
Transação e aquisição de 4BIO	(1,9)
Mudança no Provisionamento de Recebíveis de PBM	(1,1)
Total	**(8,8)**

Registramos no trimestre R$ 1,9 milhão em despesas de transação e integração relacionadas à aquisição da 4Bio.

Apropriamos também R$ 5,8 milhões em provisões para devedores duvidosos referentes a um programa específico de PBM de terceiro ao qual somos credenciados. Esta é a primeira vez em que incorremos em perdas materiais desde o início de tais programas a mais de 15 anos atrás. Passamos também a adotar um critério mais rigoroso de provisionamento em relação aos recebíveis de PBM de terceiros, uma alteração pontual de estimativa contábil que penalizou o nosso resultado em R $ 1,1 milhão de forma não recorrente.

DEPRECIAÇÃO, DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTO DE RENDA

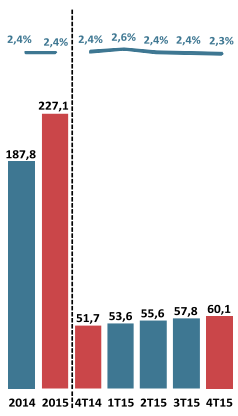
As despesas de depreciação totalizaram R$ 227,1 milhões em 2015, equivalente a 2,4% da receita bruta, em linha com o ano anterior. No 4T15, as despesas de depreciação totalizaram R$ 60,1 milhões, equivalente a 2,3% da receita bruta, uma diluição de 0,1 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

As despesas financeiras líquidas representaram 0,7% da receita bruta no ano (0,8% no trimestre), um aumento de 0,2 ponto percentual, tanto em 2015 quanto no 4T15, devido ao Ajuste a Valor Presente. Excluindo o AVP, os juros acumulados sobre a dívida representaram 0,1% das receitas em 2015 e no 4T15. Dos R$ 67,6 milhões de despesas financeiras registradas em 2015 (R$ 21,1 milhões no trimestre), R$ 55,4 milhões (R$ 18,5 milhões no 4T15) são referentes ao Ajuste a Valor Presente, enquanto R$ 12,2 milhões (R$ 2,6 milhões no trimestre) são referentes aos juros apurados sobre dívidas bancárias/sobras de caixa.

Finalmente, registramos R$ 57,8 milhões de imposto de renda em 2015, equivalente a 0,6% da receita bruta, um aumento de 0,1 ponto percentual refletindo uma melhoria em nossa rentabilidade na comparação com o ano anterior. No 4T15 registramos R$ 12,1 milhões de imposto de renda, equivalente a 0,5% da receita bruta, um decréscimo de 0,4 ponto percentual refletindo um maior pagamento de juros sobre capital próprio, para o qual estamos utilizando todo o limite legal permitido.

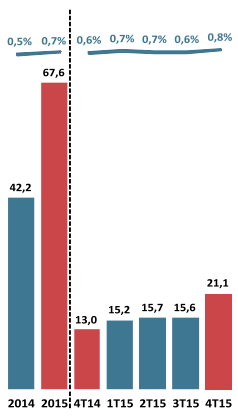
Depreciação

(R$ milhões, % da Receita Bruta)



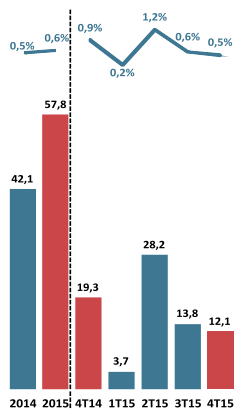
Despesas Financeiras Líquidas

(R$ milhões, % da Receita Bruta)



Imposto de Renda

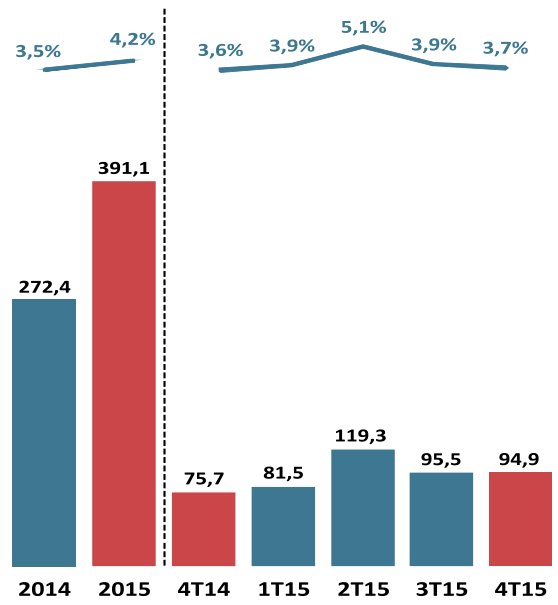
(R$ milhões, % da Receita Bruta)



LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Lucro Líquido Ajustado

(R$ milhões, % da Receita Bruta)

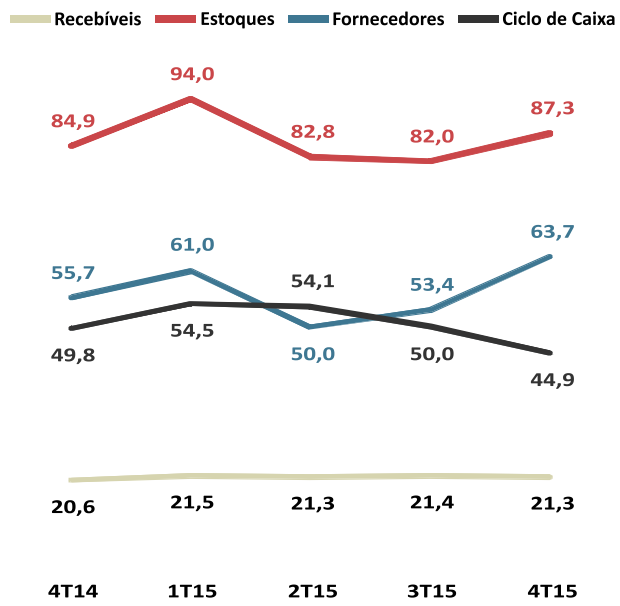


O lucro líquido ajustado totalizou R$ 391,1 milhões no ano (R$ 94,9 milhões no trimestre), um incremento de 43,8% quando comparado a 2014 (26,3% no 4T15). Atingimos uma margem líquida ajustada de 4,2% (3,7% no trimestre), uma melhora de 0,7 ponto percentual (0,1 ponto percentual de contração em relação ao 4T15).

Excluindo o benefício da amortização do ágio e as despesas não recorrentes contabilizadas no 4T15, registramos um lucro líquido de R$ 341,8 milhões no ano, com margem líquida de 3,6% (R$ 78,3 milhões, com uma margem líquida de 3,0% no 4T15).

Ciclo de Caixa

(Dias da CMV, Dias de Receita Bruta)



Atingimos uma redução no ciclo de caixa consolidado de 4,9 dias quando comparado ao ano anterior. Os estoques aumentaram 2,4 dias, refletindo compras de oportunidade realizadas no período, o que levou a um aumento nas contas a pagar de 8,0 dias, em decorrência de melhorias nos prazos junto a fornecedores através do financiamento total destas compras de oportunidade. Finalmente, as contas a receber aumentaram em 0,7 dia em relação ao ano anterior.

FLUXO DE CAIXA

Registramos um fluxo de caixa livre positivo pelo terceiro ano consecutivo, que totalizou R$ 110,4 milhões em 2015 e um fluxo de caixa total negativo de R$ 19,9 milhões. O fluxo de caixa operacional totalizou R$ 499,1 milhões e mais do que financiou a totalidade dos investimentos de R$ 388,7 milhões realizados no período. Os recursos das operações representaram R$ 610,4 milhões, correspondente a 6,5% da nossa receita bruta, enquanto o capital de giro empregado foi de R$ 111,3 milhões.

No 4T15, geramos um fluxo de caixa livre positivo de R$ 35,6 milhões, e em um fluxo de caixa total negativo de R$ 32,5 milhões. O nosso fluxo de caixa operacional totalizou R$ 180,0 milhões, e mais do que financiou a totalidade dos investimentos de R$ 144,3 milhões realizados no período. Os recursos das operações representaram R$ 164,4 milhões, correspondente a 6,4% da nossa receita bruta, enquanto o capital de giro empregado foi de R$ 15,6 milhões.

Dos R$ 388,7 milhões investidos no ano, R$ 229,8 milhões foram destinados a abertura de novas lojas, R$ 56,1 milhões para a reforma de lojas existentes, e R$ 102,8 milhões para investimentos em infraestrutura.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 67,6 milhões no ano (R$ 21,1 milhões no 4T15). Essas despesas foram mais do que compensadas pela dedutibilidade fiscal de R$ 83,9 milhões relativas às despesas financeiras e aos juros sobre o capital próprio apropriados no período para pagamento em data posterior (R$ 21,8 milhões no trimestre).

Fluxo de Caixa	4T15	T14	2015	2014
(R$ milhões)				
EBIT Ajustado	**128,0**	**108,0**	**516,5**	**356,7**
Despesas Extraordinárias	(8,8)	(3,9)	(10,0)	(9,5)
Imposto de Renda (34%)	(40,5)	(35,4)	(172,2)	(118,1)
Benefício da Amort. do Ágio	10,7	10,7	42,8	42,8
Depreciação	60,1	51,7	227,1	187,8
Outros Ajustes	14,9	11,2	6,3	9,1
Recursos das Operações	**164,4**	**142,3**	**610,4**	**468,9**
Ciclo de Caixa*	54,4	80,1	(90,6)	(116,6)
Outros Ativos (Passivos)	(38,8)	(35,5)	(20,7)	(4,8)
Fluxo de Caixa Operacional	**180,0**	**186,9**	**499,1**	**347,5**
Investimentos	**(144,3)**	**(83,7)**	**(388,7)**	**(271,2)**
Fluxo de Caixa Livre	**35,6**	**103,2**	**110,4**	**76,4**
JSCP	(57,3)	(24,5)	(121,3)	(41,5)
IR pago sobre JSCP	(11,5)	(6,5)	(25,3)	(10,6)
Resultado Financeiro	(21,1)	(13,0)	(67,6)	(42,2)
Recompra de Ações	-	-	-	(20,9)
IR (Benefício fiscal sobre resultado financeiro e JSCP)	21,8	12,4	83,9	39,7
Fluxo de Caixa Total	**(32,5)**	**71,6**	**(19,9)**	**0,9**

* Ciclo de Caixa inclui a variação de contas a receber, estoques e fornecedores.
** Não inclui o fluxo de caixa de financiamentos.

Provisionamos R$ 179,2 milhões em juros sobre capital próprio em 2015 (R$ 43,0 milhões no 4T15) versus R$ 74,6 milhões em 2014 (R$ 23,5 milhões no 4T14), refletindo um *payout* de 52.6%, através da utilização de todo o limite legal permitido.

ENDIVIDAMENTO

Encerramos o ano com uma dívida líquida de R$ 30,3 milhões versus uma dívida líquida de R$ 10,4 milhões registrada em 2014.

Nosso endividamento bruto totalizou R$ 296,4 milhões, composto por 97,7% em linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e 2,3% em linhas de crédito com bancos privados. Do nosso endividamento total, 63,5% é de longo prazo e 36,5% refere-se às parcelas de curto prazo de dívida de longo prazo. Encerramos o trimestre com uma posição de caixa total (caixa e aplicações financeiras) de R$ 266,1 milhões.

Raia Drogasil S.A.

CNPJ nº 61.585.865/0001-51

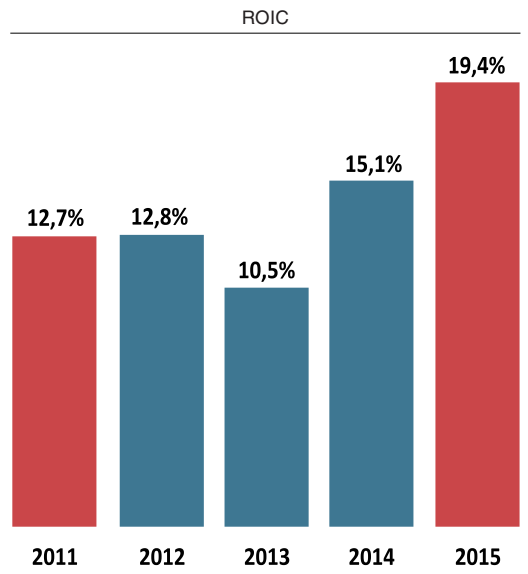
www.raiadrogasil.com.br

RADL3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO

Atingimos em 2015 um retorno sobre o capital investido (ROIC) de 19,4%, um incremento de 4,4 pontos percentuais quando comparado a 2014, refletindo as significativas melhorias obtidas em nossa lucratividade e em nosso ciclo de caixa.

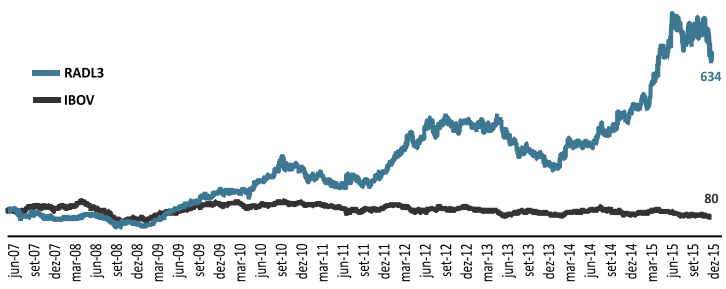


É importante ressaltar que o nosso ROIC é duramente penalizado pelo nosso crescimento orgânico acelerado, já que 33,5% das lojas tiveram a totalidade do investimento realizado, porém ainda não atingiram a maturação e o potencial de rentabilidade. Este efeito é especialmente prejudicial para as novas lojas abertas em 2015 ou em que estavam em fase pré-operacional para a abertura em 2016, que consumiram um investimento de R$ 229,8 milhões, bem como investimentos adicionais de capital de giro, e que geraram um EBITDA negativo de R$ 40,0 milhões no ano fiscal, uma vez que em média, eles ainda não atingiram o ponto de equilíbrio. Portanto, conforme o portfólio de lojas amadurece, esperamos que o ROIC cresça.

RETORNO TOTAL AO ACIONISTA

A nossa ação se valorizou 40,0% em 2015, 53,3 pontos percentuais acima do IBOVESPA, o qual se desvalorizou em 13,3% no período.
Desde o IPO da Drogasil, registramos uma valorização acumulada de 533,6% em comparação à queda de 20,3% registrada pelo IBOVESPA. Incluindo o pagamento de juros sobre o capital próprio, isto equivaleu a um retorno ao acionista médio anual de 24,8%.

Valorização da Ação



Considerando o IPO da Raia, em dezembro de 2010, a valorização acumulada no período foi de 245,9% em comparação à queda de 36,2% registrada pelo IBOVESPA. Incluindo o pagamento de juros sobre o capital próprio, isto equivaleu a um retorno ao acionista médio anual de 27,9%.
Por fim, nossa ação registrou uma liquidez média diária de R$ 58,1 milhões no trimestre.

DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Atendendo às previsões legais e estatutárias, estamos propondo a seguinte destinação do saldo positivo em lucros acumulados no montante de R$ 340.650 mil:

- Reserva Legal	R$	17.010 mil
- Reserva Estatutária	R$	173.390 mil
- Juros s/capital próprio (R$ 0,456290277 por ação)	R$	150.250 mil

A proposta inclui também a imputação dos juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF, ao dividendo obrigatório.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que, durante o ano de 2015, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, além dos serviços de auditoria externa relacionados às demonstrações financeiras do exercício de 2015, prestou os seguintes serviços:
Serviço de consultoria de pesquisa de mercado de indicadores de recursos humanos, no valor de R$ 16,0 (2,7% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 24 de julho de 2015, com prazo de 3 meses.
Serviço de consultoria para estudo de diminuição de riscos relacionados ao sistema de informática, no valor de R$ 180,0 (29,9% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 17 de agosto de 2015, com prazo de 4 meses.
Os serviços, acima mencionados, totalizaram R$ 196,0 ou 32,6% do total pago ao serviço de auditoria externa relacionado às demonstrações financeiras.
A Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios baseiam-se no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados.
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não tem conhecimento de qualquer relacionamento entre as partes que poderiam ser considerados como conflitantes em relação a sua independência.

Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Combinado Ajustado

	4T14	4T15	2014	2015
Receita bruta de vendas e serviços	**2.128.284**	**2.574.215**	**7.784.235**	**9.424.777**
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(86.264)	(114.277)	(312.146)	(402.822)
Receita líquida de vendas e serviços	**2.042.020**	**2.459.938**	**7.472.089**	**9.021.955**
Custo das mercadorias vendidas	(1.447.960)	(1.719.854)	(5.307.721)	(6.286.214)
Lucro bruto	**594.060**	**740.084**	**2.164.368**	**2.735.741**
Despesas				
Com vendas	(385.467)	(490.616)	(1.420.582)	(1.753.100)
Gerais e administrativas	(48.915)	(61.348)	(199.287)	(239.125)
Outras despesas operacionais, líquidas				
Despesas operacionais	**(434.382)**	**(551.964)**	**(1.619.869)**	**(1.992.225)**
EBITDA	**159.678**	**188.120**	**544.499**	**743.516**
Depreciação e amortização	(51.669)	(60.086)	(187.813)	(227.059)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**108.009**	**128.034**	**356.686**	**516.457**
Despesas financeiras	(18.309)	(47.855)	(62.082)	(156.892)
Receitas financeiras	5.283	26.799	19.905	89.316
Despesas / Receitas financeiras	**(13.026)**	**(21.056)**	**(42.177)**	**(67.576)**
Lucro antes do IR e da contribuição social	**94.983**	**106.978**	**314.509**	**448.881**
Imposto de renda e contribuição social	(19.302)	(12.113)	(42.077)	(57.750)
Lucro líquido do exercício	**75.681**	**94.865**	**272.432**	**391.131**

Demonstração do Resultado Combinado

	4T14	4T15	2014	2015
Receita bruta de vendas e serviços	**2.128.284**	**2.574.215**	**7.784.235**	**9.424.777**
Deduções	(86.264)	(115.961)	(312.146)	(402.822)
Receita líquida de vendas e serviços	**2.042.020**	**2.458.254**	**7.472.089**	**9.021.955**
Custo das mercadorias vendidas	(1.447.960)	(1.718.350)	(5.307.721)	(6.286.214)
Lucro bruto	**594.060**	**739.904**	**2.164.368**	**2.735.741**
Despesas				
Com vendas	(385.467)	(490.616)	(1.420.582)	(1.753.100)
Gerais e administrativas	(48.915)	(61.348)	(199.287)	(239.125)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.851)	(8.818)	(9.473)	(9.978)
Despesas operacionais	**(438.233)**	**(560.782)**	**(1.629.342)**	**(2.002.203)**
EBITDA	**155.827**	**179.122**	**535.026**	**733.538**
Depreciação e amortização	(51.669)	(60.086)	(187.813)	(227.059)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**104.158**	**119.036**	**347.213**	**506.479**
Despesas financeiras	(18.309)	(49.359)	(62.082)	(156.892)
Receitas financeiras	5.283	28.483	19.905	89.316
Despesas / Receitas financeiras	**(13.026)**	**(20.876)**	**(42.177)**	**(67.576)**
Lucro antes do IR e da contribuição social	**91.132**	**98.160**	**305.036**	**438.903**
Imposto de renda e contribuição social	(28.691)	(19.813)	(81.649)	(97.150)
Lucro líquido do exercício	**62.441**	**78.347**	**223.387**	**341.753**

Demonstração do Resultado Consolidado

	4T14	4T15	2014	2015
Receita bruta de vendas e serviços	**2.093.076**	**2.574.215**	**7.658.890**	**9.295.978**
Deduções	(84.959)	(115.961)	(307.434)	(398.129)
Receita líquida de vendas e serviços	**2.008.117**	**2.458.254**	**7.351.456**	**8.897.849**
Custo das mercadorias vendidas	(1.419.309)	(1.719.704)	(5.207.625)	(6.183.289)
Lucro bruto	**588.808**	**738.550**	**2.143.831**	**2.714.560**
Despesas				
Com vendas	(382.321)	(490.616)	(1.409.067)	(1.742.093)
Gerais e administrativas	(47.705)	(61.348)	(194.958)	(235.089)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.851)	(8.818)	(9.473)	(8.818)
Despesas operacionais	**(433.877)**	**(560.782)**	**(1.613.498)**	**(1.986.000)**
EBITDA	**154.931**	**177.768**	**530.333**	**728.560**
Depreciação e amortização	(51.604)	(60.882)	(187.568)	(227.698)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**103.327**	**116.886**	**342.765**	**500.862**
Despesas financeiras	(28.905)	(49.359)	(99.001)	(153.748)
Receitas financeiras	16.486	28.483	58.460	88.787
Despesas / Receitas financeiras	**(12.419)**	**(20.876)**	**(40.541)**	**(64.961)**
Lucro antes do IR e da contribuição social	**90.908**	**96.010**	**302.224**	**435.901**
Imposto de renda e contribuição social	(28.750)	(19.082)	(80.838)	(96.116)
Lucro líquido do exercício	**62.158**	**76.928**	**221.386**	**339.785**

Reconciliação do Resultado de 2015

	Consolidado(1)	+	4Bio 9M15(2)	+	PPA (3)	=	Combinado	+	Ajustes(4)	=	Combinado Ajustado
Receita bruta de vendas e serviços	**9.295.978**		**128.799**				**9.424.777**				**9.424.777**
Deduções	(398.129)		(4.693)				(402.822)				(402.822)
Receita líquida de vendas e serviços	**8.897.849**		**124.106**				**9.021.955**				**9.021.955**
Custo das mercadorias vendidas	(6.183.289)		(104.278)		1.353		(6.286.214)				(6.286.214)
Lucro bruto	**2.714.560**		**19.828**		**1.353**		**2.735.741**				**2.735.741**
Despesas											
Com vendas	(1.742.093)		(11.007)				(1.753.100)				(1.753.100)
Gerais e administrativas	(235.089)		(4.036)				(239.125)				(239.125)
Outras despesas operacionais, líquidas	(8.818)		(1.160)				(9.978)		9.978		
Despesas operacionais	**(1.986.000)**		**(16.203)**				**(2.002.203)**		**9.978**		**(1.992.225)**
EBITDA	**728.560**		**3.625**		**1.353**		**733.538**		**9.978**		**743.516**
Depreciação e amortização	(227.698)		(157)		796		(227.059)				(227.059)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**500.862**		**3.468**		**2.149**		**506.479**		**9.978**		**516.457**
Despesas financeiras	(153.748)		(3.144)				(156.892)				(156.892)
Receitas financeiras	88.787		529				89.316				89.316
Despesas / Receitas financeiras	**(64.961)**		**(2.615)**				**(67.576)**				**(67.576)**
Lucro antes do IR e da contribuição social	**435.901**		**853**		**2.149**		**438.903**		**9.978**		**448.881**
Imposto de renda e contribuição social	(96.116)		(303)		(731)		(97.150)		39.400		(57.750)
Lucro líquido do exercício	**339.785**		**550**		**1.418**		**341.753**		**49.378**		**391.131**

(1) Consolidado: refere-se às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015, auditadas pelos nossos auditores independentes, que considera nove meses de resultados da Raia Drogasil e três meses do resultado consolidado da Raia Drogasil e da 4Bio.

(2) 4Bio 9M15: refere-se às informações intermediárias de 9 meses da 4 Bio.

(3) PPA: refere-se aos ajustes de PPA (*purchase price allocation*) em CMV (R$ 1.353 mil), Depreciação e Amortização (R$ 796 mil) e Imposto de Renda e Contribuição Social (R$ 731 mil).

(4) Ajustes: refere-se às despesas não-recorrentes com PDD de PBM terceirizada, transação e aquisição da 4Bio e mudança no provisionamento de recebíveis de PBM (R$ 9.978 mil) e ao benefício fiscal gerado na amortização do ágio da fusão (R$ 42.792 mil) e das despesas não recorrentes (R$ 3.392 mil).

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados

	4T14	4T15	2014	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**91.132**	**96.011**	**305.038**	**436.756**
Ajustes				
Depreciações e amortizações	51.669	60.882	187.813	227.854
Plano de remuneração com ações restritas, líquido	754	996	754	3.471
Juros sobre opção de compra de ações adicionais		1.402		1.402
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	(1.518)	1.719	(834)	4.727
(Reversão) para demandas judiciais	(5.669)	(1.726)	(3.492)	(3.624)
Provisão (reversão) para perdas no estoque	5.234	(9.361)	10.238	(12.106)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.184)	4.813	(1.988)	5.444
Provisão (reversão) para encerramento de lojas	570	(1.559)	3.651	(1.415)
Despesas de juros	5.798	8.909	24.103	32.086
	146.786	**162.086**	**525.283**	**694.595**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(5.130)	(20.599)	(94.258)	(114.819)
Estoques	(83.957)	(166.205)	(220.105)	(286.022)
Outros ativos circulantes	20	5.610	(28)	(25.131)
Ativos no realizável a longo prazo	(3.218)	(3.942)	(9.171)	(11.130)
Fornecedores	169.205	241.191	197.800	310.204
Salários e encargos sociais	(32.249)	(31.472)	25.511	22.772
Impostos, taxas e contribuições	(12.247)	(5.778)	(40.811)	(8.394)
Outras obrigações	10.269	(7.307)	7.959	(8.830)
Aluguéis a pagar	1.949	4.479	11.753	10.597
Caixa proveniente das operações	**191.428**	**178.063**	**403.933**	**583.842**
Juros pagos	(4.594)	(4.890)	(19.976)	(21.512)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.787)		(45.344)	(61.672)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**181.047**	**173.173**	**338.613**	**500.658**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de controlada		(5.505)		(5.505)
Aquisições de imobilizado e intangível	(86.556)	(139.730)	(274.845)	(385.022)
Recebimentos por vendas de imobilizados	2.887	895	3.680	1.806
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(83.669)**	**(144.340)**	**(271.165)**	**(388.721)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	85.472	55.928	125.928	120.788
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(26.840)	(31.268)	(92.092)	(126.862)
Recompra de ações			(20.898)	
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(24.541)	(57.302)	(41.527)	(121.280)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**34.091**	**(32.642)**	**(28.589)**	**(127.354)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**131.469**	**(3.809)**	**38.859**	**(15.417)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**149.999**	**269.860**	**242.609**	**281.468**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**281.468**	**266.051**	**281.468**	**266.051**

Balanços Patrimoniais

Ativo Combinado	4T14	4T15
(R$ mil)		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	281.467	266.051
Clientes	482.840	601.831
Estoques	1.350.971	1.650.453
Tributos a recuperar	39.429	59.530
Outras contas a receber	107.638	98.261
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	174
Despesas do exercício seguinte	9.972	9.718
	2.272.497	2.686.018
Não circulante		
Depósitos judiciais	14.116	18.730
Tributos a recuperar	17.330	23.156
Outros créditos	1.923	2.613
Investimentos		30.317
Imobilizado	648.360	801.985
Intangível	1.125.277	1.130.613
	1.807.006	2.007.414
ATIVO	4.079.503	4.693.432

Passivo e Patrimônio Líquido Combinado	4T14	4T15
(R$ mil)		
Circulante		
Fornecedores	886.533	1.203.382
Empréstimos e financiamentos	103.686	108.191
Salários e encargos sociais	142.635	165.409
Impostos, taxas e contribuições	43.516	55.877
Dividendo e juros sobre o capital próprio	28.664	24.402
Provisão para demandas judiciais	5.209	3.346
Outras contas a pagar	88.368	88.159
	1.298.611	1.648.766
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	188.200	188.196
Provisão para demandas judiciais	4.113	3.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos	125.946	161.826
Outras obrigações	3.792	36.107
	322.051	389.481
Patrimônio líquido		
Capital social	909.407	1.822.407
Reservas de capital	1.019.791	128.767
Reserva de reavaliação	12.755	12.569
Reservas de lucros	475.420	666.608
Lucros acumulados	1.137	
Ajustes de avaliação patrimonial		(23.409)
Dividendo adicional proposto	40.331	48.243
	2.458.841	2.655.185
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.079.503	4.693.432

RaiaDrogasil

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	264.549	281.189	266.051
Clientes (Nota 7)	572.083	465.990	601.831
Estoques (Nota 8)	1.633.604	1.340.199	1.650.453
Tributos a recuperar (Nota 9)	59.068	39.042	59.530
Outras contas a receber	98.040	107.590	98.261
Despesas do exercício seguinte	9.672	9.921	9.718
	2.637.016	2.243.931	2.685.844
Não circulante			
Depósitos judiciais (Nota 13)	18.730	14.116	18.730
Tributos a recuperar (Nota 9)	23.156	17.330	23.156
Outros créditos	2.375	1.218	2.613
Investimentos (Nota 10)	23.497		
Imobilizado (Nota 11a)	801.283	647.673	801.985
Intangível (Nota 11b)	1.130.403	1.125.021	1.166.873
	1.999.444	1.805.358	2.013.357
Total do ativo	4.636.460	4.049.289	4.699.201

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Circulante			
Fornecedores	1.177.928	871.477	1.203.382
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	102.266	97.710	108.192
Salários e encargos sociais	163.430	141.548	165.409
Impostos, taxas e contribuições	55.398	42.230	55.878
Dividendo e juros sobre o capital próprio (Nota 16d)	24.402	28.664	24.402
Provisão para demandas judiciais (Nota 13)	3.346	5.209	3.346
Outras contas a pagar	87.984	88.212	88.157
	1.614.754	1.275.050	1.648.766
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	187.419	183.527	188.196
Provisão para demandas judiciais (Nota 13)	3.320	4.103	3.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14b)	161.826	125.946	165.981
Opção de compra de ações adicionais (Nota 10)	31.632		31.632
Outras obrigações	3.700	3.726	4.476
	387.897	317.302	393.637
Total do passivo	2.002.651	1.592.352	2.042.403
Patrimônio líquido (Nota 16)			
Atribuído aos acionistas da Controladora			
Capital social	1.808.639	908.639	1.808.639
Reservas de capital	128.767	1.019.791	128.767
Reserva de reavaliação	12.569	12.755	12.569
Reservas de lucros	665.821	475.421	665.821
Dividendo adicional proposto	48.243	40.331	48.243
Ajuste de avaliação patrimonial	(30.230)		(30.230)
	2.633.809	2.456.937	2.633.809
Participação de não controladores			22.989
Total do patrimônio líquido	2.633.809	2.456.937	2.656.798
Total do passivo e patrimônio líquido	4.636.460	4.049.289	4.699.201

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Atribuível aos acionistas controladores													
		Reservas de capital					Reservas de lucros							
	Capital social	Correção monetária especial	Ágio na emissão/ alienação de ações	Ações em tesouraria	Ações restritas e outras	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2014	908.639	10.191	1.029.418		326	12.941	14.375	342.795		8.298		2.326.983		2.326.983
Dividendo referente ao exercício de 2013 aprovado na AGO de 23 de abril de 2014										(8.298)		(8.298)		(8.298)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social						(186)			186					
Juros sobre o capital próprio prescrito									196			196		196
Ações em tesouraria – recompra				(20.898)								(20.898)		(20.898)
Plano de ações restritas (Nota 16c)					754							754		754
Lucro líquido do exercício									221.386			221.386		221.386
Destinação do resultado														
Reserva legal							11.069		(11.069)					
Reserva estatutária								107.182	(107.182)					
Juros sobre o capital próprio propostos – R$ 0,226347349 por ação (Nota 16d)									(63.186)			(63.186)		(63.186)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto									(40.331)	40.331				
Em 31 de dezembro de 2014	908.639	10.191	1.029.418	(20.898)	1.080	12.755	25.444	449.977		40.331		2.456.937		2.456.937
Aumento de capital mediante capitalização de parte da reserva de capital da Companhia (Nota 16a)	900.000		(900.000)											
Dividendo referente ao exercício de 2014 aprovado na AGO de 9 de abril de 2015										(40.331)		(40.331)		(40.331)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social						(186)			186					
Juros sobre o capital próprio prescrito									258			258		258
Plano de ações restritas (Nota 16c)					3.471							3.471		3.471
Ações restritas – aquisição da 4Bio (Nota 10)					5.505							5.505		5.505
Lucro líquido do exercício									340.206			340.206	(421)	339.785
Destinação do resultado														
Reserva legal							17.010		(17.010)					
Reserva estatutária								173.390	(173.390)					
Juros sobre o capital próprio propostos – R$ 0,456290277 por ação (Nota 16d)									(102.007)			(102.007)		(102.007)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto									(48.243)	48.243				
Participação de não controladores no investimento adquirido (Nota 10)													23.410	23.410
Opção de venda detida pelo não controlador (Nota 10)											(30.230)	(30.230)		(30.230)
Em 31 de dezembro de 2015	1.808.639	10.191	129.418	(20.898)	10.056	12.569	42.454	623.367		48.243	(30.230)	2.633.809	22.989	2.656.798

Demonstrações do Resultado

	Controladora 2015	Controladora 2014 (Reclassificado Nota 5)	Consolidado 2015
Receita líquida de vendas (Nota 17)	8.845.582	7.351.456	8.897.849
Custo das mercadorias vendidas	(6.137.644)	(5.207.625)	(6.183.289)
Lucro bruto	2.707.938	2.143.831	2.714.560
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas (Nota 18)	(1.737.740)	(1.409.067)	(1.742.093)
Gerais e administrativas (Nota 18)	(233.240)	(194.958)	(235.088)
Depreciações e amortizações	(226.846)	(187.568)	(227.698)
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(8.390)	(9.473)	(8.818)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(513)		
	(2.206.729)	(1.801.066)	(2.213.697)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	501.209	342.765	500.863
Resultado financeiro			
Receitas financeiras (Nota 20a)	86.527	58.460	88.786
Despesas financeiras (Nota 20b)	(150.929)	(99.001)	(153.747)
	(64.402)	(40.541)	(64.961)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	436.807	302.224	435.902
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14a)			
Corrente	(60.625)	(48.776)	(60.608)
Diferido	(35.976)	(32.062)	(35.509)
	(96.601)	(80.838)	(96.117)
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386	339.785
Atribuível a			
Acionistas da Companhia			340.206
Participação de não controladores			(421)
			339.785
Lucro por ação – básico (Nota 15)	1,03272	0,67232	
Lucro por ação – diluído (Nota 15)	1,03272	0,67232	

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386	339.785
Componentes do resultado abrangente			
Outros resultados abrangentes			
Total resultado abrangente do exercício	340.206	221.386	339.785
Atribuível a			
Acionistas da Companhia			340.206
Participação de não controladores			(421)
			339.785

Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora 2015	Controladora 2014 (Reclassificado Nota 5)	Consolidado 2015
Receitas			
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	9.123.122	7.573.231	9.176.455
Outras receitas	1.485	3.226	1.485
(Constituição) reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.514)	1.987	(5.403)
	9.119.093	7.578.444	9.172.537
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.881.819)	(4.940.952)	(5.927.464)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(382.689)	(287.633)	(385.323)
Perda de valores ativos	(4.781)	(4.719)	(4.781)
	(6.269.289)	(5.233.304)	(6.317.568)
Valor adicionado bruto	2.849.804	2.345.140	2.854.969
Depreciação e amortização	(226.846)	(187.568)	(227.698)
Valor adicionado líquido produzido	2.622.958	2.157.572	2.627.271
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(513)		
Receitas financeiras	86.527	58.460	88.786
	86.014	58.460	88.786
Valor adicionado total a distribuir	2.708.972	2.216.032	2.716.057
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	954.773	789.323	957.812
Remuneração direta	753.861	623.745	755.019
Benefícios	145.625	120.414	147.383
Fundo de garantia por tempo de serviço	55.287	45.164	55.410
Impostos, taxas e contribuições	832.065	737.264	833.163
Federais	407.956	335.172	407.977
Estaduais	412.163	392.599	413.236
Municipais	11.946	9.493	11.950
Remuneração de capitais de terceiros	581.928	468.059	585.297
Juros	273.847	200.720	276.961
Aluguéis	308.081	267.339	308.336
Remuneração de capitais próprios	340.206	221.386	339.785
Juros sobre capital próprio	102.007	63.186	102.007
Dividendo e juros sobre capital próprio adicional propostos	48.243	40.331	48.243
Lucros retidos do exercício	189.956	117.869	189.956
Participação dos não controladores nos lucros retidos			(421)
Valor adicionado distribuído	2.708.972	2.216.032	2.716.057

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	436.807	302.224	435.902
Ajustes			
Depreciações e amortizações	226.846	187.568	227.698
Plano de remuneração com ações restritas, líquido	3.471	754	3.471
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	1.402		1.402
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	4.727	(834)	4.728
(Reversão) para demandas judiciais	(3.646)	(3.447)	(3.614)
(Reversão) provisão para perdas no estoque	(12.106)	10.238	(12.106)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	5.514	(1.987)	5.403
(Reversão) provisão para encerramento de loja	(1.415)	3.651	(1.415)
Despesas de juros	31.046	23.637	31.450
Resultado de equivalência patrimonial	513		
	693.159	521.804	692.919
Variações nos ativos e passivos			
Clientes e outras contas a receber	(101.818)	(89.383)	(105.873)
Estoques	(281.299)	(217.816)	(286.992)
Outros ativos circulantes	(23.933)	683	(23.430)
Ativos no realizável a longo prazo	(11.596)	(9.312)	(11.340)
Fornecedores	299.806	195.062	305.549
Salários e encargos sociais	21.881	25.196	21.839
Impostos, taxas e contribuições	(7.619)	(41.387)	(8.662)
Outras obrigações	(9.558)	7.831	(11.009)
Aluguéis a pagar	10.597	11.753	10.597

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Caixa proveniente das operações	589.620	404.431	583.598
Juros pagos	(20.515)	(19.498)	(20.807)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(61.096)	(44.505)	(61.096)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	508.009	340.428	501.695
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de controlada	(18.505)		(5.505)
Caixa adquirido em combinação de negócios			1.071
Aquisições de imobilizado e intangível	(384.841)	(274.650)	(384.847)
Recebimentos por vendas de imobilizados	1.806	3.680	1.806
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(401.540)	(270.970)	(387.475)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	95.778	121.082	97.761
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(97.863)	(88.811)	(105.839)
Recompra de ações		(20.898)	
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(121.024)	(41.527)	(121.280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(123.109)	(30.154)	(129. 358)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.640)	39.304	(15.138)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	281.189	241.885	281.189
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	264.549	281.189	266.051

Raia Drogasil S.A.

CNPJ nº 61.585.865/0001-51

www.raiadrogasil.com.br

RADL3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

Em 1º de outubro de 2015, a Companhia adquiriu o controle da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio"), sociedade que tem como atividade preponderante a comercialização de medicamentos de especialidade, ou seja, medicamentos utilizados para tratar condições graves de saúde, prescritos por especialistas clínicos. A transação envolvendo essa combinação de negócios está descrita na Nota 10a.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada (em conjunto "Consolidado" ou "Grupo") têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 1.235 lojas (1.091 lojas – 2014), distribuídas em 18 Estados da Federação, conforme segue:

	Consolidado 2015
São Paulo	724
Rio de Janeiro	92
Minas Gerais	84
Goiás	59
Paraná	57
Distrito Federal	48
Santa Catarina	27
Rio Grande do Sul	26
Espírito Santo	25
Bahia	22
Pernambuco	18
Mato Grosso do Sul	16
Mato Grosso	10
Paraíba	9
Rio Grande do Norte	7
Alagoas	5
Sergipe	5
Tocantins	1
	1.235

A sociedade controlada 4Bio comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas três centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo e Tocantins.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2016.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e, a partir de 1º de outubro de 2015, as demonstrações financeiras da sua controlada 4Bio. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados, contemplam 12 meses de operação da Companhia e 3 meses de operação da Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controlada. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. As estimativas e os julgamentos estão divulgados na Nota 4(v).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Pronunciamentos novos ou revisados

A seguir, apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2016.

(i) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 1º/01/2018): tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. A Administração considera que a adoção dessa norma não surtirá efeitos relevantes.

(ii) IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (vigência a partir de 1º/01/2018): o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. A Administração considera que a adoção dessa norma não surtirá efeitos relevantes.

(iii) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil (vigência a partir de 1º/01/2019): com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

(iv) Alteração IAS 16 e IAS 38 – Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (vigência a partir de 1º/01/2016): o método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Em 2015, não há saldos e transações decorrentes de operações entre a Companhia e sua controlada 4Bio.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Grupo compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

(1) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

(1) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável *("impairment").*

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido, os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11a. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, o centro de distribuição do Butantã e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, e incorporado ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11b, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

(k) Redução do valor recuperável de ativos *("impairment")*

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do *"impairment"*, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. O Grupo não possui contratos relevantes de arrendamento classificados como financeiros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado, de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido (Nota 16c).

(o) Programa de fidelidade

A Controladora mantém o programa "Muito Mais Raia" de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Controladora pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês de acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Controladora calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(p) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(q) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(r) Juros sobre o capital próprio

Com base no estatuto social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(s) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(t) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

(u) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(v) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável *("impairment")*

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11f.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

5. Reclassificação na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

A Companhia tem buscado uma melhoria contínua na geração positiva do seu fluxo de caixa. Dentre as várias ações tomadas, destacam-se a manutenção do prazo médio de recebimento com prazos iguais ou até, em determinados casos, inferiores aos praticados pelo mercado, gestão otimizada dos estoques nas lojas por melhoria da qualidade das informações disponíveis e tecnologias desenvolvidas e negociações mais eficientes com seus fornecedores, que inclui o aumento no prazo médio de pagamento.

Adicionalmente, verifica-se um aumento gradual das taxas de juros praticadas no mercado (referência ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI), que passou de 8,05% ao ano em 2013 para 10,81% ao ano em 2014 e 13,24% ao ano em 2015.

Observa-se que os aspectos mencionados acima tinham reflexos na determinação do ajuste a valor presente, o qual é prática contábil da Companhia e vinha sendo calculado e avaliado como não relevante para efeito de registro contábil nas demonstrações financeiras. Entretanto, em virtude dessas graduais mudanças de circunstâncias e, com o intuito de aprimoramento das informações contábeis, a Administração da Companhia decidiu reconhecer os efeitos contábeis produzidos por estas mudanças de circunstâncias a partir do primeiro trimestre de 2015, julgando também apropriado refletir essas mesmas mudanças nas cifras comparativas da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os efeitos patrimoniais nas cifras comparativas, líquidos dos efeitos tributários, são considerados como irrelevantes.

Sendo assim, procedeu-se às seguintes reclassificações na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Demonstração do resultado	2014 Originalmente apresentado	Reclassificação	2014 Reclassificado
Receita de venda de bens e/ou serviços	7.391.569	(40.113)	7.351.456
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(5.281.377)	73.752	(5.207.625)
Resultado bruto	2.110.192	33.639	2.143.831
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	309.126	33.639	342.765
Resultado financeiro	(6.902)	(33.639)	(40.541)
Lucro líquido do exercício	221.386		221.386

Demonstração do valor adicionado	2014 Originalmente apresentado	Reclassificação	2014 Reclassificado
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.613.344	(40.113)	7.573.231
Insumos adquiridos de terceiros	(5.307.056)	73.752	(5.233.304)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(5.014.704)	73.752	(4.940.952)
Valor adicionado líquido produzido	2.123.933	33.639	2.157.572
Receitas financeiras	18.347	40.113	58.460
Distribuição do valor adicionado	2.142.280	73.752	2.216.032
Remuneração de capitais de terceiros	394.307	73.752	468.059
Juros	126.968	73.752	200.720

Nota explicativa – 20. receitas e despesas financeiras	2014 Originalmente apresentado	Reclassificação	2014 Reclassificado
Ajuste a valor presente (AVP) – receitas financeiras		40.113	40.113
Ajuste a valor presente (AVP) – despesas financeiras		(73.752)	(73.752)
Resultado financeiro	(6.902)	(33.639)	(40.541)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Caixa e bancos	38.541	41.094	38.725
Fundo de investimento automático	2.759		2.759
Certificado de depósitos bancários	60.554		60.554
Debêntures compromissadas	162.695	240.095	163.810
Título de capitalização			203
	264.549	281.189	266.051

As aplicações em fundo de investimento, Certificado de Depósito Bancário – CDB, debêntures compromissadas e título de capitalização possuem alta liquidez e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Para as debêntures compromissadas, as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito e a liquidez imediata sem perda de rendimento, sendo, a maioria, debêntures emitidas por empresas que pertencem aos grupos econômicos dessas instituições financeiras. As aplicações financeiras estão concentradas, substancialmente, na Caixa Econômica Federal e no Santander

7. Clientes

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Contas a receber de clientes	578.976	467.221	608.741
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.893)	(1.231)	(6.910)
	572.083	465.990	601.831

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
A vencer	551.719	450.296	579.379
Vencidas			
Entre 1 e 30 dias	17.076	16.047	17.720
Entre 31 e 60 dias	306	409	1.556
Entre 61 e 90 dias	46	225	137
Entre 91 e 180 dias	6.853	205	6.936
Entre 181 e 360 dias	2.976	33	3.013
A mais de 360 dias		6	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.893)	(1.231)	(6.910)
	572.083	465.990	601.831

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Saldo inicial	(1.231)	(1.180)	(1.231)
Adições por meio de combinação de negócios			(128)
Adições	(19.168)	(14.597)	(19.254)
Reversões	13.506	14.546	13.703
Saldo final	(6.893)	(1.231)	(6.910)

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4d-i-3.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Mercadorias de revenda	1.653.305	1.369.604	1.670.154
Materiais	4.611	7.013	4.611
Provisão para perdas nos estoques	(24.312)	(36.418)	(24.312)
Total dos estoques	1.633.604	1.340.199	1.650.453

A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Saldo inicial	(36.418)	(26.180)	(36.418)
Adições	(10.203)	(16.349)	(10.203)
Reversões	22.309	6.111	22.309
Saldo final	(24.312)	(36.418)	(24.312)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R$ 6.137.644 (R$ 5.207.625 – 2014 reclassificado – Nota 5), para a Controladora, e de R$ 6.183.289 para o consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R$ 75.253 (R$ 84.336 – 2014), para a Controladora, e R$ 75.259 para o Consolidado.
O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Tributos sobre o lucro			
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	1.735	519	1.735
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	7.148	1.485	7.350
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	923	527	1.097
	9.806	2.531	10.182
Outros tributos			
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor	48.942	29.952	49.028
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT nº 17/99)	171	2.872	171
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	22.595	20.454	22.595
PIS – Programa de integração social	27	1	27
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	122	1	122
FINSOCIAL – Fundo de investimento social – 1982 – precatório	561	561	561
	72.418	53.841	72.504
	82.224	56.372	82.686
Ativo circulante	(59.068)	(39.042)	(59.530)
Ativo não circulante	23.156	17.330	23.156

Os créditos de ICMS de R$ 48.942 e R$ 171 (R$ 29.952 e R$ 2.872 – 2014) para a Controladora são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição nos Estados de São Paulo e Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação. O Grupo analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos em até 12 meses.

10. Investimentos

(a) Combinação de negócios
Em 30 de julho de 2015, a Companhia assinou Contrato de compra e venda e de subscrição de participação societária ("Contrato") para aquisição de 55% das quotas e obteve o controle da empresa 4Bio Medicamentos Ltda., transformada em sociedade por ações em 14 de agosto de 2015, mediante alteração de sua razão social para 4Bio Medicamentos S.A..
A 4Bio é uma companhia varejista com importante presença no mercado de medicamentos de especialidade (medicamentos utilizados para tratar condições graves de saúde prescritos por especialistas clínicos).
A combinação de negócios ocorreu por meio da aquisição de 55% de participação societária da 4Bio, e pela qual a Companhia pagou um valor total de R$ 24.010, distribuídos da seguinte forma: (i) aumento de capital no valor de R$ 13.000, mediante emissão de ações da 4Bio e (ii) aquisição de ações do acionista fundador no valor de R$ 11.010, sendo 50% pago em moeda nacional e 50% mediante transferência de ações de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria e a serem transferidas após o cumprimento e verificação de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato.
O preço de aquisição estará sujeito a ajustes decorrentes de eventuais variações do EBITDA de 2015, limitado a R$ 2.000, que poderão ser reconhecidos como contraprestação para a aquisição, em contrapartida do ágio.
Estabelece também o Contrato, as outorgas de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes em poder do acionista fundador após janeiro de 2021 e cujo preço de exercício será calculado com base na média dos EBITDAs ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios a findar em 31 de dezembro de 2018, 2019 e de 2020 e cujo valor justo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R$ 31.632 (R$ 30.230 – 1º de outubro de 2015).
O passivo financeiro decorrente da opção de compra foi reconhecido em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
O valor justo da opção de compra de ações adicionais de R$ 30.230 está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As estimativas de valor justo são baseadas em uma taxa de desconto de 19,89%, na média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.
Em 22 de setembro de 2015, ocorreu a aprovação definitiva pelo Conselho de Defesa Econômica – CADE e, com o cumprimento das demais condições precedentes previstas no Contrato, em 1º de outubro de 2015, a Companhia efetuou aumento de capital na 4Bio e realizou os pagamentos previstos em Contrato, passando a deter, a partir de então o controle da 4Bio.
Como não ocorreram variações relevantes nos principais saldos contábeis da 4Bio no período entre 30 de junho de 2015 e 1º de outubro de 2015, a Companhia adotou o balanço de 30 de setembro de 2015 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição.
A tabela a seguir resume a contraprestação paga e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação não controladora na 4Bio.

	Controladora	Consolidado
Em 1º de outubro de 2015		
Caixa pago ao acionista fundador	5.505	5.505
Aumento de capital mediante emissão de ações da 4Bio	13.000	13.000
Total da contraprestação transferida	18.505	18.505
Instrumentos patrimoniais a serem transferidos ao acionista fundador	5.505	5.505
Total da contraprestação	24.010	24.010
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.071	1.071
Duplicatas a receber de clientes	25.684	25.684
Estoques	11.156	11.156
Marcas registradas (incluídas em intangíveis) (Nota 11b)	5.069	5.069
Relacionamento contratual com o cliente (incluído em intangíveis) (Nota 11b)	7.928	7.928
Canais de distribuição (incluído em intangíveis) (Nota 11b)	535	535
Licenças e outros (incluídas em intangíveis) (Nota 11b)	228	228
Ativo imobilizado (Nota 11a)	734	734
Impostos a recuperar	943	943
Ativo de impostos diferidos	440	438
Outros créditos	424	426
Duplicatas a pagar a fornecedores	(19.711)	(19.711)
Empréstimos e financiamentos	(12.585)	(12.585)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.020)	(2.020)
Obrigações fiscais	(2.376)	(2.376)
Outras obrigações	(1.561)	(1.561)
Passivos de imposto diferido	(5.062)	(5.062)
Total de ativos líquidos identificáveis	10.897	10.897
Aumento de capital em 1º de outubro de 2015	13.000	13.000
Total de ativos líquidos identificáveis, ajustado	23.897	23.897
Participação não controladora sobre ativos líquidos identificáveis, ajustado (45%)	(10.754)	
Participação não controladora sobre o valor justo do negócio		(23.410)
Ágio	10.867	23.523
	24.010	24.010

A Companhia optou por apresentar a participação do não controlador pelo método do valor justo da controlada, correspondente a 45% do valor justo do negócio, o qual foi estimado utilizando-se o preço pago para a aquisição dos 55% da 4Bio.
O ágio no montante de R$ 23.523 decorrente da aquisição representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.
Os custos referentes à aquisição, no valor de R$ 1.467 para a Controladora e R$ 1.895 para o consolidado, foram reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica outras despesas operacionais da demonstração do resultado.

Se a 4Bio tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2015, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R$ 9.021.955 e lucro líquido *pro forma* de R$ 341.754. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano (não auditada).

(b) Movimentação do investimento
Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de investimentos da Companhia está demonstrado a seguir:

Razão social	Principal atividade	Participação (%)	31/12/2015
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	23.497

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2015
Saldo em 1º de janeiro de 2015	
Aquisição de participação em 1º de outubro de 2015	24.010
Resultado de equivalência patrimonial	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.497

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da 4Bio Medicamentos S.A., a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da 4Bio com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da 4Bio, para fins de determinação da equivalência patrimonial em 2015:

	Controladora 31/12/2015
Resultado 4Bio (para o período de três meses findo em 31/12/2015)	267
Amortizações das mais-valias decorrentes da combinação de negócios	(780)
Prejuízo ajustado da 4Bio	(513)

Patrimônio líquido ajustado	31/12/2015	01/10/2015
Investimento a valor de livros (55%)	8.006	7.740
Alocação do preço de compra (mais-valia de ativos)	7.005	8.187
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(2.381)	(2.784)
	12.630	13.143
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	10.867	10.867
	23.497	24.010

(c) Dividendo de controlada
Como estabelecido no Acordo de Acionistas, independentemente do disposto no estatuto social da Controlada, e com o intuito de preservar a saúde financeira e o Plano de Negócios da Controlada, os acionistas deliberaram pela não distribuição de lucros, seja sobre a forma de dividendos ou de pagamento de juros sobre capital próprio, pelo prazo de cinco anos.

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado
A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

Custo	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	27.725	42.053	264.236	122.745	21.200	381.174	10.979	870.112
Adições			57.559	32.784	3.438	149.107		242.888
Transferências			(16.998)	17.066		(68)		
Alienações e baixas	(285)	(136)	(7.529)	(3.772)	(3.450)	(11.829)		(27.001)
Provisão para encerramento de lojas			(1.621)	(676)		(2.716)	(40)	(5.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27.440	41.917	295.647	168.147	21.188	515.668	10.939	1.080.946
Adições			90.649	60.547	4.084	167.679		322.959
Alienações e baixas			(2.874)	(2.563)	(3.945)	(76.340)	(40)	(85.762)
Provisão para encerramento de lojas			454	192		1.368	40	2.054
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.440	41.917	383.876	226.323	21.327	608.375	10.939	1.320.197
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20,0 – 23,7	17,0 – 21,6	20,0	
Saldo em 1º de janeiro de 2014		(16.596)	(103.362)	(57.035)	(11.878)	(138.296)	(6.316)	(333.483)
Adições		(1.116)	(24.424)	(15.983)	(3.815)	(79.769)	(2.024)	(127.131)
Transferências			4.949	(4.983)		34		
Alienações e baixas		66	6.998	3.606	3.341	10.638		24.649
Provisão para encerramento de lojas			871	411		1.376	34	2.692
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(17.646)	(114.968)	(73.984)	(12.352)	(206.017)	(8.306)	(433.273)
Adições		(1.113)	(30.179)	(24.094)	(4.032)	(103.678)	(1.225)	(164.321)
Alienações e baixas			1.212	2.327	3.607	72.906	32	80.084
Provisão para encerramento de lojas			(412)	(176)		(782)	(34)	(1.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(18.759)	(144.347)	(95.927)	(12.777)	(237.571)	(9.533)	(518.914)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2014	27.440	24.271	180.679	94.163	8.836	309.651	2.633	647.673
Em 31 de dezembro de 2015	27.440	23.158	239.529	130.396	8.550	370.804	1.406	801.283

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no consolidado:

Custo	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	27.440	41.917	295.647	168.147	21.188	515.668	10.939	1.080.946
Adições por meio de combinação de negócios			411	487	209	346		1.453
Adições			90.651	60.552	4.084	167.679		322.966
Alienações e baixas			(2.874)	(2.563)	(3.945)	(76.340)		(85.722)
Provisão para encerramento de lojas			454	192		1.368		2.014
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.440	41.917	384.289	226.815	21.536	608.721	10.939	1.321.657
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20 – 23,7	17 – 21,6	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2015		(17.646)	(114.968)	(73.984)	(12.352)	(206.017)	(8.306)	(433.273)
Adições por meio de combinação de negócios			(191)	(232)	(163)	(133)		(719)
Adições		(1.113)	(30.192)	(24.109)	(4.034)	(103.686)	(1.225)	(164.359)
Alienações e baixas			1.212	2.327	3.607	72.905	32	80.083
Provisão para encerramento de lojas			(412)	(176)		(782)	(34)	(1.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(18.759)	(144.551)	(96.174)	(12.942)	(237.713)	(9.533)	(519.672)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2015	27.440	23.158	239.738	130.641	8.594	371.008	1.406	801.985

b) Intangível
A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

Custo	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda.)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	230.207	64.985	22.275	780.084	151.700	41.700	4.440	1.295.391
Adições	22.111	13.485					1.126	36.722
Baixas	(5.089)	(6)					(3)	(5.098)
Provisão para encerramento de lojas	(2.001)	(2)						(2.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	245.228	78.462	22.275	780.084	151.700	41.700	5.563	1.325.012
Adições	45.463	22.360					702	68.525
Alienações e baixas	(62.325)	(10)					(786)	(63.121)
Provisão para encerramento de lojas	844	1						845
Saldo em 31 de dezembro de 2015	229.210	100.813	22.275	780.084	151.700	41.700	5.479	1.331.261
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 – 25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(85.733)	(36.164)	(2.387)			(19.847)	(721)	(144.852)
Adições	(40.424)	(10.724)				(9.160)	(129)	(60.437)
Baixas	4.578	6					1	4.585
Provisão para encerramento de lojas	712	1						713
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(120.867)	(46.881)	(2.387)			(29.007)	(849)	(199.991)
Adições	(42.954)	(11.827)				(7.710)	(33)	(62.524)
Alienações e baixas	60.950	3					785	61.738
Provisão para encerramento de lojas	(80)	(1)						(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(102.951)	(58.706)	(2.387)			(36.717)	(97)	(200.858)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2014	124.361	31.581	19.888	780.084	151.700	12.693	4.714	1.125.021
Em 31 de dezembro de 2015	126.259	42.107	19.888	780.084	151.700	4.983	5.382	1.130.403

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no consolidado:

Custo	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda.)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio na aquisição de empresa (4BIO)	Marcas Raia S.A.	Marcas 4BIO	Carteira de clientes Raia S.A.	Relacionamento com clientes 4BIO	Canal de distribuição 4BIO	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	245.228	78.462	22.275	780.084		151.700		41.700			5.563	1.325.012
Adição por meio de combinações de negócios		362			23.523		5.069		7.928	535	68	37.485
Adições	45.463	22.361									702	68.526
Alienações e baixas	(62.325)	(11)									(786)	(63.122)
Provisão para encerramento de lojas	844	1										845
Saldo em 31 de dezembro de 2015	229.210	101.175	22.275	780.084	23.523	151.700	5.069	41.700	7.928	535	5.547	1.368.746
Amortização acumulada												
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 – 25	7	0,3	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(120.867)	(46.881)	(2.387)					(29.007)			(849)	(199.991)
Adições por meio de combinação de negócios		(149)									(53)	(202)
Adições	(42.954)	(11.842)					(253)	(7.710)	(142)	(401)	(37)	(63.339)
Alienações e baixas	60.950	3									786	61.739
Provisão para encerramento de lojas	(80)	(1)										(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(102.951)	(58.870)	(2.387)				(253)	(36.717)	(142)	(401)	(153)	(201.874)
Saldo líquido												
Em 31 de dezembro de 2015	126.259	42.305	19.888	780.084	23.523	151.700	4.816	4.983	7.786	134	5.394	1.166.872

c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.
O ágio no montante de R$ 19.888 é referente à aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda., em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.
O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo *("impairment").*

d) Ágio na aquisição da Raia S.A.
A Companhia apurou ágio no montante de R$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos e meio.

e) Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.
A Companhia apurou ágio no montante de R$ 23.523 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

f) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida *("impairment")*
A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2015 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A., ambas adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.
O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 13,97% (13,32% – 2014).
O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis *("impairment").*

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso
O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas
Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos, estimados em 7,96% com perpetuidade de 4,5%.

Margens brutas
As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam, em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos
A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos
As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento
São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de *performance* avaliadas pela Administração do Grupo.

Raia Drogasil S.A.

CNPJ nº 61.585.865/0001-51

www.raiadrogasil.com.br

RADL3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
BNDES – FINEM				
Empreendimentos	TJLP (+ 2,80% - Dez/2014) a.a.		4.338	
Empreendimentos	IPCA + 7,50% + 1,30% (+ 7,54% + 1,30% - Dez/2014) a.a.	3.565	9.687	3.565
Máquinas e equipamentos	TJLP (+ 2,30% - Dez/2014) a.a.		172	
BNDES – Subcrédito				
Empreendimentos	TJLP + 3,32% (+ 3,01% - Dez/2014) a.a.	138.488	136.673	138.488
Empreendimentos	SELIC + 2,69% (+ 2,86% - Dez/2014) a.a	66.169	47.262	66.169
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado 3,01% (3,19% - Dez/2014) a.a.	9.072	14.299	9.072
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+ 1,79% - Dez/2014) a.a.	797	1.659	797
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 8,36% (+ 6,00% - Dez/2014) a.a.	8.653	2.168	8.653
Capital de giro	TJLP (+ 4,15% - Dez/2014) a.a.		1.722	
Capital de giro	SELIC + 3,10% (+ 3,32% - Dez/2014) a.a	60.449	63.257	60.449
Projeto social	TJLP	565		565
Desenvolvimento da marca própria	TJLP + 1,67% a.a.	805		805
Aquisição de *software* nacional	TJLP + 1,79% a.a.	1.122		1.122
Empréstimos				
Outros				6.703
		289.685	281.237	296.388
Passivo circulante		(102.266)	(97.710)	(108.192)
Passivo não circulante		187.419	183.527	188.196

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.
Os contratos permitem, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R$ 286.120 (R$ 267.040 – Dez/2014) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas (“*covenants”)*:
(i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
(ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.
A mensuração dos “*covenants”* é anual, e em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não houve descumprimento às referidas exigências.
Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.
O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de “*covenants*” não financeiros.
Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

	Controladora 2015	Consolidado 2015
2017	83.243	84.020
2018	58.684	58.684
2019	37.158	37.158
2020	8.334	8.334
	187.419	188.196

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Trabalhistas e previdenciárias	10.024	13.647	10.024
Tributárias	514	570	514
Cíveis	294	261	326
	10.832	14.478	10.864
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(4.166)	(5.166)	(4.166)
Total	6.666	9.312	6.698
Passivo circulante	(3.346)	(5.209)	(3.346)
Passivo não circulante	3.320	4.103	3.352

A movimentação da provisão está demonstrada conforme segue:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Saldo inicial	9.312	12.933	9.312
Adições	9.679	7.318	9.711
Baixas	(12.613)	(11.485)	(12.613)
Reavaliação dos valores	(3.354)	(2.213)	(3.354)
Atualizações monetárias	2.642	2.932	2.642
Depósitos para defesas e recursos judiciais	1.000	(173)	1.000
Saldo final	6.666	9.312	6.698

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 21).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo no montante de R$ 48.832 em 31 de dezembro de 2015 (R$ 46.690 – 2014) para a Controladora e R$ 49.006 em 2015 no consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).
O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R$ 210.658 em 31 de dezembro de 2015 (R$ 172.636 – 2014), para a Controladora, e R$ 214.987 em 2015 no consolidado, estão representados pelos encargos tributários sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.
O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 referem-se a:

	Balanço patrimonial – Controladora 2015	Balanço patrimonial – Controladora 2014	Balanço patrimonial – Consolidado 2015	Resultado – Controladora 2015	Resultado – Controladora 2014	Resultado – Consolidado 2015
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.258)	(7.354)	(7.258)			
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(140.869)	(97.762)	(140.869)	43.107	45.920	43.107
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia S.A.	(62.531)	(67.520)	(62.531)	(4.989)	(5.483)	(4.989)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio			(4.329)			(731)
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	365	365	365			
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros		2.671		2.671	3.263	2.671
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação		1.399		1.399	5.594	1.399
Ajuste a valor presente – AVP	2.308		2.363	(2.308)		(2.364)
Provisão – obsolescência no estoque	21.838	17.055	21.838	(4.783)	(8.155)	(4.783)
Provisão – obrigações diversas	2.691	4.232	2.705	1.541	959	1.922
Provisão – programa de participação no resultado	9.532	6.711	9.620	(2.821)	(3.756)	(2.909)
Provisão – demandas judiciais	3.683	4.923	3.694	1.240	1.172	1.229
Provisão – créditos de liquidação duvidosa	1.859	1.623	1.865	(236)	(33)	(198)
Provisão – locações comerciais (ação renovatória)	1.667	1.434	1.667	(233)	(1.433)	(233)
Provisão – programa de fidelização de clientes	1.871	1.254	1.871	(617)	(1.154)	(617)
Provisão – encerramento de lojas	760	1.241	760	481	(1.241)	481
Provisão – plano de opção de ações	1.437	256	1.437	(1.181)	(256)	(1.181)
Provisão – campanhas internas	116	241	116	125	282	125
Provisão – gratificações da diretoria		2.725		2.725	(1.089)	2.725
Provisão – outros	705	560	705	(145)	(2.529)	(145)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos				35.976	32.061	35.509
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(161.826)	(125.946)	(165.981)			
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:						
Passivo fiscal diferido	(161.826)	(125.946)	(165.981)			
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(161.826)	(125.946)	(165.981)			

Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	2015	2014	2015
Saldo no início do exercício	(125.946)	(93.980)	(125.946)
Adições por meio de combinação de negócios			(4.622)
Receita tributável reconhecida no resultado	(35.976)	(32.061)	(35.509)
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	96	95	96
Saldo no final do exercício	(161.826)	(125.946)	(165.981)

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social
As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R$ 48.832 na Controladora e R$ 49.006 no consolidado será substancialmente realizado até o final de dezembro de 2016.

15. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício.
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as ações do Grupo não possuíam qualquer efeito dilutivo, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído.
O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora 2015	Controladora 2014
Básico		
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.426	329.286
Lucro por ação em R$ – básico	1,03272	0,67232
Diluído		
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.426	329.286
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição.	329.426	329.286
Lucro por ação em R$ – diluído	1,03272	0,67232

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social
Em 26 de novembro de 2015, o capital social da Companhia foi aumentado em R$ 900.000 mediante capitalização de parte da reserva de capital, sem a emissão de novas ações e, portanto, sem bonificação de ações aos acionistas da Companhia.
Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente integralizado no valor de R$ 1.808.639 (R$ 908.639 – 2014), representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 198.520.879 ações ordinárias (196.380.486 ações ordinárias – 2014).
O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.
A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2014	196.380.486
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	2.140.393
Posição em 31 de dezembro de 2015	198.520.879

Em 31 de dezembro de 2015, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R$ 35,48 fechamento do dia (R$ 25,35 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Ações em tesouraria
Em 24 de abril de 2014, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação.

	Controladora Quantidade (em ações)
Posição em 31 de dezembro de 2014	(1.100.000)
Posição em 31 de dezembro de 2015	(1.100.000)

Perdas possíveis
O Grupo, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R$ 114.388 (R$ 54.594 – 2014) para a Controladora e R$ 114.388 para o consolidado.

Depósitos judiciais
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não havia provisões correspondentes:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Trabalhistas e previdenciárias	13.048	6.339	13.048
Tributárias	3.343	6.743	3.343
Cíveis	2.339	1.034	2.339
Total	18.730	14.116	18.730

Contingências trabalhistas
As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias
Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis
O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos
O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 referem-se a:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	436.807	302.224	435.902
Juros sobre o capital próprio	(179.210)	(74.559)	(179.210)
Lucro tributável	257.597	227.665	256.692
Alíquota composta (imposto de renda – 25% e contribuição social – 9%)	34	34	34
Despesa teórica	(87.583)	(77.406)	(87.275)
Adições permanentes	(7.054)	(2.220)	(7.054)
Equivalência patrimonial	(175)		
Redução do imposto por incentivos	3.545	2.810	3.545
Ajuste de compensação de prejuízos fiscais	(2.671)		(2.671)
Processo de destruição de mercadorias		(2.102)	
Outros	(208)		(207)
Incentivos fiscais – doações	(2.455)	(1.920)	(2.455)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(96.601)	(80.838)	(96.117)
Alíquota efetiva	22,1%	26,7%	22,1%

A posição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015, era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações (**)	Custo unitário das ações – Mínimo	Máximo	Médio	Valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2015 (*)
1.100.000	20.898	18,39	19,30	18,96	39.028

(*) Utilizada a cotação de R$ 35,48 por ação.
(**) Inclui despesas de corretagem e emolumentos.

(c) Plano de ações restritas
Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas (“Plano de ações restritas”), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.
Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados) será paga ao profissional em dinheiro sendo que o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia (“ações de incentivo”).
Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia (“ações próprias”) em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.
Ainda, e de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.
As ações ofertadas ao profissional por meio do plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga, ressalvado que, a cada ano, a partir do 2º aniversário da data da outorga, o profissional adquirirá o direito de receber um terço de suas ações restritas.
Em 2015, a Companhia concedeu aos seus executivos ações restritas cujo montante corresponde a R$ 3.471 (R$ 754 – 2014). O saldo de opções outorgadas e ainda não transferidas corresponde a R$ 4.225 em 31 de dezembro de 2015.

(d) Remuneração aos acionistas
Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora 2015	Controladora 2014
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386
Reserva legal	(17.010)	(11.069)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186	186
Base de cálculo do dividendo (a)	323.382	210.503
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	80.846	52.626
Juros sobre o capital próprio proposto	150.250	74.559
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(21.161)	(10.561)
Juros sobre o capital próprio (complementar)		28.959
Imposto de renda retido na fonte (teórico)		(4.344)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	129.089	88.613
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	39,92	42,10
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	48.243	35.987
Imposto de renda retido na fonte (teórico)		4.344
	48.243	40.331

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R$ 150.250 (R$ 74.559 – 2014), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos exercícios de 2015 e de 2014, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R$ 48.243 (R$ 40.331 – 2014), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.
A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora 2015	Controladora 2014
Saldo inicial	28.664	9.464
Adições	117.020	60.923
Pagamentos	(121.024)	(41.527)
Baixas	(258)	(196)
Saldo final	24.402	28.664

17. Receita líquida de vendas

	Controladora 2015	Controladora 2014 (Reclassificado Nota 5)	Consolidado 2015
Receita bruta de vendas			
Receita de vendas de mercadorias	9.227.077	7.648.838	9.283.815
Receita de serviços prestados	12.124	10.052	12.163
	9.239.201	7.658.890	9.295.978
Impostos incidentes sobre vendas	(277.539)	(221.733)	(278.605)
Devoluções, abatimentos e outros	(116.080)	(85.701)	(119.524)
Receita líquida de vendas	8.845.582	7.351.456	8.897.849

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

18. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora 2015	Controladora 2014 (Reclassificado Nota 5)	Consolidado 2015
Custo das mercadorias vendidas	(6.137.644)	(5.207.625)	(6.183.289)
Despesas com pessoal	(1.141.137)	(942.024)	(1.144.608)
Despesas com prestadores de serviços	(101.760)	(77.910)	(101.919)
Depreciação e amortização	(226.846)	(187.568)	(227.698)
Outras (i)	(728.083)	(584.091)	(730.654)
	(8.335.470)	(6.999.218)	(8.388.168)

Classificado na demonstração do resultado como:

	2015	2014 (Reclassificado Nota 5)	2015
Custo das mercadorias vendidas	(6.137.644)	(5.207.625)	(6.183.289)
Com vendas	(1.737.740)	(1.409.067)	(1.742.093)
Gerais e administrativas	(233.240)	(194.958)	(235.088)
Depreciações e amortizações (ii)	(226.846)	(187.568)	(227.698)
	(8.335.470)	(6.999.218)	(8.388.168)

(i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de Administração de cartões de crédito e débito, gastos com transportes, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

(ii) As depreciações e amortizações totalizaram em 2015, um montante de R$ 226.846, sendo que, R$ 190.395 corresponde a área de Vendas e R$ 36.451 a área administrativa.

19. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram em 2015, um montante de R$ 8.390 (R$ 9.473 – 2014) para a Controladora e R$ 8.818 para o consolidado. Esses montantes são compostos por despesas não recorrentes com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa de PBM terceirizada, transação e aquisição da 4Bio e mudança no provisionamento de recebíveis de PBM.

20. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	Controladora 2015	Controladora 2014 (Reclassificado Nota 5)	Consolidado 2015
Descontos obtidos	1.636	243	1.667
Rendimentos de aplicações financeiras	27.256	16.548	27.256
Juros recebidos		8	
Variações monetárias ativas	2.285	1.542	2.294
Outras receitas financeiras	18	6	41
Impostos incidentes (PIS/COFINS)	(810)		(810)
Ajuste a valor presente (AVP) – receitas financeiras	56.142	40.113	58.338
Total das receitas financeiras	86.527	58.460	88.786

(b) Despesas financeiras

	Controladora 2015	Controladora 2014 (Reclassificado Nota 5)	Consolidado 2015
Descontos concedidos a clientes	(425)	(62)	(440)
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.260)	(935)	(1.321)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(31.048)	(23.638)	(31.624)
Variações monetárias passivas	(5.228)	(614)	(5.266)
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	(1.402)		(1.402)
Ajuste a valor presente (AVP) – despesas financeiras	(111.566)	(73.752)	(113.694)
Total das despesas financeiras	(150.929)	(99.001)	(153.747)
Resultado financeiro	(64.402)	(40.541)	(64.961)

21. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Móveis e instalações	37	46	37
Máquinas e equipamentos	85	86	85
	122	132	122

22. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) foram de R$ 31.099 (R$ 25.131 – 2014) para a Controladora e R$ 31.275 para o consolidado.
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Primeiros 12 meses	306.669	230.883	307.046
Entre 13 e 60 meses	764.191	571.451	764.847
Após 60 meses	225.582	173.366	225.582
	1.296.442	975.700	1.297.475

23. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	264.549	281.189	266.051
Contas a receber (Nota 7)	572.083	465.990	601.831
Outras contas a receber	98.040	107.590	98.261
Depósitos judiciais (Nota 13)	18.730	14.116	18.730
	953.402	868.885	984.873
Total dos ativos	953.402	868.885	984.873
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Opção de compra de ações adicionais (Nota 10)	31.632		31.632
	31.632		31.632
Outros passivos financeiros			
Fornecedores	1.177.928	871.477	1.203.382
Empréstimos e financiamentos (Nota12)	289.685	281.237	296.388
Outras contas a pagar	123.316	91.938	124.265
	1.590.929	1.244.652	1.624.035
Total dos passivos	1.622.561	1.244.652	1.655.667

Gestão de risco financeiro
As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.
O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial
Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

Risco de taxa de juros
A exposição do Grupo ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração do Grupo entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R$ 3.565) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.
A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa Selic. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as vendas com recebimento a prazo representaram 49% (48% – 2014) e 50% para o consolidado, sendo que desse total 90% (87% – 2014) e 87% no consolidado são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião do Grupo e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 10% (13% – 2014) e 13% para o consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados e boletos, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos. O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora

Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	Acréscimo de 0,5%	1.130	1.413	1.695
Receita		1.130	1.413	1.695
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	36	45	53
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	9	10
Despesa		43	54	63

Consolidado

Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	Acréscimo de 0,5%	1.137	1.421	1.705
Receita		1.137	1.421	1.705
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	36	45	53
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	9	10
Despesa		43	54	63

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), às quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão do caixa líquido ou da dívida líquida pelo patrimônio líquido. O caixa líquido ou a dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Financiamentos de curto e longo prazo	289.685	281.237	296.388
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(264.549)	(281.189)	(266.051)
Dívida líquida	25.136	48	30.337
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	2.640.629	2.456.937	2.640.629
Participação de não controladores			22.989
Total do patrimônio líquido	2.640.629	2.456.937	2.663.618
Índice de alavancagem financeira	0,95	0,00	1,14

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora e Consolidado – Opção de compra de ações adicionais
Saldo inicial	
Aquisição da 4Bio (Nota 10)	30.230
Despesas reconhecidas no resultado	1.402
Saldo final	31.632
Total de despesas no exercício incluídas no resultado	1.402
Variação das despesas não realizadas no exercício incluídas no resultado	1.402

24. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

25. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

	Relacionamento	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
		Ativo circulante			Receitas		
Valores a receber							
Convênios (i)							
Regimar Comercial S.A.	Acionista / Família	12	8	12	74	68	74
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	2	1	2	10	11	10
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista / Família	1		1	2	1	2
		15	9	15	86	80	86

	Relacionamento	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
		Passivo circulante			Despesas		
Valores a pagar							
Aluguéis (ii)							
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	19	18	19	198	188	198
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração	6	5	6	77	71	77
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista / Membro do Conselho de Administração	6	5	6	77	71	77
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração	6	5	6	77	71	77
		37	33	37	429	401	429
Fornecedores de serviços (ii)							
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados	Acionista / Família	1		1	4.422	3.463	4.422
Associação Obra do Berço (Literat Editora Ltda.)	Acionista / Família					1.260	
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	Acionista / Família	702	70	702	6.293	4.702	6.293
		703	70	703	10.715	9.425	10.715
		740	103	740	11.144	9.826	11.144

(i) Vendas realizadas por convênios. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de marketing e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

(iii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal-chave da Administração da entidade.

(b) Outras partes relacionadas

Em 14 de maio de 2015, foi firmado Termo de Compromisso, onde a Natura Cosméticos S.A. ("Natura") se comprometeu em ceder o contrato de locação à Companhia pelo valor de R$ 1.000, pago em junho de 2015, referente a um imóvel situado na Rua Oscar Freire, cujo contrato de locação foi firmado pela Natura em 22 de julho de 2013, pelo prazo de 60 (sessenta) meses. Os controladores fundadores da Natura também são acionistas da Companhia.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Proventos e encargos sociais	11.369	11.120	11.719
Gratificações e encargos sociais	22.715	16.606	22.904
Reversão da provisão de gratificações	(8.016)	(7.612)	(8.016)
	26.068	20.114	26.607

26. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. O Grupo mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015
Riscos com perdas em estoques	117.363	110.386	118.799
Bens do ativo permanente	157.637	119.615	158.637
Lucros cessantes	142.500	74.917	142.500
Riscos de responsabilidade civil	23.175	14.410	23.175
	440.675	319.328	443.111

27. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2015, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

(i) a contraprestação mediante ações a serem transferidas pela aquisição da 4Bio (Nota 10);
(ii) o passivo financeiro oriundo da outorga de opção de compra de ações adicionais da 4Bio (Nota 10);
(iii) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração (Nota 25); e
(iv) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R$ 11.604 (R$ 4.961 – 2014).

28. Evento subsequente

Em 1º de fevereiro de 2016, foi aprovado, em reunião Extraordinária do Conselho de Administração, o programa de *American Depositary Receipts* – "ADRs" – Nível 1.

O programa visa aumentar a visibilidade da Companhia no mercado de capitais, promovendo a liquidez das ações, ampliando a base de acionistas e facilitando o acesso ao papel por parte dos investidores estrangeiros. O programa encontra-se em fase de implementação, onde todos os trâmites legais necessários para a sua efetivação serão cumpridos junto aos órgãos regulatórios.

O *The Bank of New York Mellon* será a instituição depositária nos Estados Unidos, responsável pela emissão dos respectivos recibos depositários, e o banco custodiante será o Itaú-Unibanco. Os ADRs da Companhia serão negociados em mercado de balcão (OTC) em Nova Iorque, nos Estados Unidos e cada ADR representará uma ação ordinária da Companhia.

O Programa de ADR Nível I não implicará em aumento de capital social ou emissão de novas ações.

DIRETORIA

Marcilio D'Amico Pousada
Diretor-Presidente

Antonio Carlos de Freitas
Diretor

Fernando Kozel Varela
Diretor

Renato Cepollina Raduan
Diretor

Antonio Carlos Marques de Oliveira
Contador Responsável
CRC-1SP215445/O-0

Antonio Carlos Coelho
Diretor

Eugênio De Zagottis
Diretor

Marcello De Zagottis
Diretor

Maria Susana de Souza
Diretora

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da Proposta da Administração para destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, e, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer favorável sem ressalvas dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinaram, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser convocada nos termos da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Lério
Conselheiro Fiscal

Fernando Carvalho Braga
Conselheiro Fiscal

Mário Antonio Luiz Corrêa
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Raia Drogasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Raia Drogasil S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Raia Drogasil S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raia Drogasil S.A. e da Raia Drogasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na Nota 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de fevereiro de 2015, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 5 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 2014, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Instituto Ayrton Senna · GRAACC Combatendo e vencendo o câncer infantil · Obra do Berço Do Berço para a vida toda · AACD vida é movimento · Ação Comunitária Preparando pessoas para a vida · Hospital de Câncer de Barretos Fundação Pio XII · Doutores da Alegria · ser+ · tdb · A.C.Camargo Cancer Center · Unibes Cultural · Instituto Olga Kos Inclusão Cultural · Rumo Cultural · Sol, amigo da infância · Para todos · renovarte produções culturais · its Brasil instituto de tecnologia social